

Barómetro de pessoas que se encontram em situação
vulnerável na cidade de Lisboa

Alexandra Castro

Sónia Costa

Marta Santos

Maria José Lobo Antunes

Isabel Guerra

December 2011

WP nº 2011/12

DOCUMENTO DE TRABALHO

WORKING PAPER



DINAMIA'CET

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE A MUDANÇA
SOCIOECONÓMICA E O TERRITÓRIO
ISCTE-IUL

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



DINAMIA'CET

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE A MUDANÇA
SOCIOECONÓMICA E O TERRITÓRIO
ISCTE-IUL

Barómetro de pessoas que se encontram em situação vulnerável na cidade de Lisboa

Alexandra Castro♣

Sónia Costa♣♣

Marta Santos♣♣♣

Maria José Lobo Antunes♣♣♣♣

Isabel Guerra♣♣♣♣♣

WP n° 2011/12

December 2011

Nota Introdutória	4
I. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E ANALÍTICO	5
II. OS ESTUDOS DE PAINEL: OPÇÕES METODOLÓGICAS	9
III. PERFIS DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE LISBOA.....	12
1. Trabalhadores pobres	12
2. Desempregados	14
3. Cuidadoras informais	18
4. Incapacitados para o trabalho por motivos de doença	23
5. Desafiliados.....	27
6. Idosos	29
IV. BENEFICIÁRIOS E ENTIDADES: UMA VISÃO COMPARADA DOS APOIOS SOCIAIS E PROPOSTAS.....	32
V. CONCLUSÕES	35
1. AS DIFICULDADES NO ENTENDIMENTO DA POBREZA: QUESTÕES POLÍTICAS E CIENTÍFICAS	35
1.1. O discurso (e a prática) da crise ignora os pobres.....	35
1.2. Compreender a pobreza ou medi-la? Em defesa de uma postura antropológica	35
2. NUMA SOCIEDADE DE RISCO, A POBREZA COMO PROCESSO OSCILANTE E INTERACTIVO: ENTRE O SISTEMA E O SUJEITO	37
2.1. Pobres iguais a nós	37

♣ DINÂMIA'CET – IUL.

♣♣ DINÂMIA'CET – IUL.

♣♣♣ DINÂMIA'CET – IUL.

♣♣♣♣ DINÂMIA'CET – IUL.

♣♣♣♣♣ DINÂMIA'CET – IUL.

2.2. Pobreza não como estádio mas como processo, ou como estamos sujeitos a uma vulnerabilidade acrescida	39
3. O MAL-ESTAR IDENTITÁRIO. Um indivíduo sofredor e ocupado pelas tarefas ligadas à sobrevivência	41
4. AS FAMÍLIAS PROVIDÊNCIA: POR INEVITABILIDADE E/OU POR AMOR?	46
4.1. Apoio da família sim, mas a que custo?	46
4.2. Desafiliados? Redes e pessoas de referência.....	47
5. QUANDO A CULPA É DO SISTEMA. QUAIS AS OPORTUNIDADES NECESSÁRIAS?	49
5.1. O discurso da pobreza está mal colocado: pobreza e desenvolvimento	49
5.2. O futuro depende do jogo entre capacidades pessoais e oportunidades sociais e é encarado de forma activa	52
5.3. As dificuldades de inserção no mercado de trabalho	53
5.4. Quando a educação falha.....	55
5.5. As políticas sociais insuficientes.....	57
5.6. Uma cidade amigável: Habitação e Saúde políticas estruturantes do bem-estar	61
5.7. O campo controverso das políticas sociais e as auto-justificações do mérito.....	63
5.8. As contradições entre as intenções e as práticas: um acompanhamento social apressado e uma insuficiência e desadequação dos recursos	66
BIBLIOGRAFIA	68

Índice de figuras

Figura 1. Modelo conceptual e analítico	8
Figura 2. Auto percepção dos problemas actuais	51
Figura 3. Auto-imagem e imagem dos outros quando recebem apoios sociais	65

Índice de quadros

Quadro 1: Número de entrevistas realizadas por perfil e território	11
Quadro 2. Apreciação da sua situação e estratégias face ao futuro.....	39
Quadro 3. Percepção da situação de pobreza /exclusão e duração dos incidentes críticos	40
Quadro 4. Estratégias de gestão do quotidiano.....	44
Quadro 5. Apreciação da sua situação e estratégias face ao futuro segundo o perfil dos entrevistados.....	53
Quadro 6. Dimensões positivas e críticas das Políticas Sociais segundo os entrevistados.....	59

Barómetro de pessoas que se encontram em situação vulnerável na cidade de Lisboa

RESUMO

A equipa de investigação do DINÂMIA'CET, coordenada por Alexandra Castro, em conjunto com a equipa do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa pretendeu analisar os processos de vulnerabilização que diferentes perfis de pobreza enfrentam e as suas repercussões no percurso de vida. Pretendia-se ainda avaliar o impacto das dimensões socioeconómicas e político-institucionais que intervêm na produção do conjunto de recursos e oportunidades que são proporcionados aos sujeitos para lidar/escapar às situações de pobreza e vulnerabilidade, focando designadamente os dispositivos de inserção e recursos oferecidos pelo sistema de políticas sociais locais. Estabilizando um quadro conceptual que utiliza referências recentes sobre a pobreza e exclusão social, e utilizando metodologias compreensivas, o estudo aprofunda 6 perfis de pobreza: os trabalhadores pobres, os desempregados, os cuidadores informais, os incapacitados para o trabalho por razões de doença, os desafiados e os idosos.

As conclusões do estudo colocam ênfase nesta relação entre as histórias de vida individuais e as capacidades dos sujeitos, e as dimensões mais sistémicas das oportunidades sociais fornecidas pelo sistema, seja o mercado de trabalho ou as políticas sociais.

A pesquisa considera que o debate sobre a pobreza está ausente da sociedade portuguesa e que algumas das medidas de combate à crise recentes têm afectado os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade: novas regras de acesso e cortes no RSI, diminuição nos subsídios de desemprego, redução no acesso à saúde, etc. Nesta sequência, analisa-se que a crise socioeconómica actual teve a capacidade de nivelar por baixo – pelos níveis de pobreza – perfis sociais outrora tão diversos. Assim, a pobreza parece ter mudado de cara e ter-se aproximado de grupos sociais até aqui integrados tendo-se a sensação de que, a qualquer momento, pode atingir os incluídos.

O que as narrativas recolhidas apresentam é antes de mais percursos de construção da vida social onde se entrelaçam capacidades e oportunidades mas que, neste momento histórico, colocou estes indivíduos numa situação em que não conseguem por si próprios fazer face às suas necessidades mais básicas. Nesse sentido, parece evidente que a pobreza não emerge como um estádio permanente, mas como um processo de múltiplas facetas na sua génese e na sua manifestação. Esse percurso para muitos, em função das suas características, é sentido como permanente, mas para a maioria a esperança de retoma do percurso anterior é o sentimento que fornece energia suficiente para tecer estratégias de sobrevivência activas (cerca de 1/3 dos entrevistados tem forte pobreza persistente, os outros dois terços dividem-se entre pobreza oscilante e episódica).

Considerando que frequentemente, o discurso sobre a pobreza está mal colocado, pois situa-a como marginal às dinâmicas de desenvolvimento socioeconómico, a investigação identifica com clareza os dois pilares da inclusão: a relação com o mercado de trabalho e as políticas sociais. Apreciam-se as políticas de combate à pobreza como múltiplas e interpenetradas, indo desde as políticas de criação de emprego e de formação e qualificação até às políticas de saúde, de habitação ou educação, terminando nas políticas específicas de apoio aos que se encontram com fortes carências materiais, tal como o Rendimento Social de Inserção e outros apoios sociais complementares.

Os resultados aqui apresentados são apenas uma síntese de uma análise mais vasta, pelo que o seu aprofundamento não dispensa a consulta do Relatório final do estudo.

NOTA INTRODUTÓRIA

A equipa de investigação do DINÂMIA'CET em conjunto com a equipa do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa estabeleceu como objectivos fundamentais do Barómetro da Pobreza na cidade de Lisboa¹:

- Detectar os **processos de vulnerabilização** que diferentes perfis de pobreza enfrentam e as suas repercussões no percurso de vida, de forma a potenciar a interpretação da condição, situação e experiência dos beneficiários de medidas de política social;
- Analisar os **recursos individuais** e **disposições de activação** para a construção da autonomia económica e existencial;
- Avaliar o impacto das **dimensões socioeconómicas e político-institucionais** que intervêm na produção do conjunto de recursos e oportunidades que são proporcionados aos sujeitos para lidar/escapar às situações de pobreza e vulnerabilidade, focando designadamente os dispositivos de inserção e recursos oferecidos pelo sistema de políticas sociais locais.

A concretização destes objectivos decorreu da mobilização de um quadro conceptual e analítico e de uma estratégia de investigação intensiva qualitativa que se consubstanciou essencialmente no aprofundamento de seis perfis de pobreza.

Os resultados aqui apresentados são apenas uma síntese de uma análise mais vasta, pelo que o seu aprofundamento não dispensa a consulta do Relatório final do estudo.

¹ A síntese dos resultados de pesquisa que aqui se apresenta enquadram-se no Projecto “Barómetro de Pessoas que se encontram em situação vulnerável” do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, financiado pela EAPN Portugal – Rede Europeia Anti-Pobreza.

I. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E ANALÍTICO

As amplas e aceleradas mutações decorrentes da globalização, que caracterizam o presente período histórico, tiveram como consequência a reformulação dos princípios e objectivos que norteiam as políticas sociais. Nos últimos anos tem-se vindo a assistir ao abandono da ideia de um determinismo fatalista que submete os actores aos constrangimentos de um sistema que os remete para um plano de privação e exclusão. Surge uma nova perspectiva que considera a capacidade estratégica do Actor, como sujeito racional inscrito num espaço-tempo específico, produtor de projectos de vida que traduzem simultaneamente a sua percepção do mundo, mas também proposições sobre o lugar de cada um no mundo (Guerra et al, 2009).

Mas o Actor não é sempre um sujeito vitorioso, pelo contrário frequentemente é um sujeito só, à procura do seu próprio sentido numa sociedade onde a complexidade, a indeterminação e a precariedade o tornam vulnerável. Para Soulet (2005), o contexto actual de incerteza produz um universo de vulnerabilidade, uma vez que a sociedade não se concebe como um universo de controlo normativo das condutas dos seus membros, mas como um contexto de provas e avaliações permanentes a que o indivíduo deve fazer face. O autor pretende ultrapassar a redução ontológica desta problemática, para analisar a dimensão estrutural da vulnerabilidade e a sua relação com as transformações do sistema social, nomeadamente a fragilização de certos tipos de laços sociais. A vulnerabilidade deve ser compreendida na relação entre indivíduo/ grupo e um contexto societal (que imprime a capacidade de agir). Este contexto caracteriza-se pela: 1) Privatização da relação de trabalho; 2) Des-socialização das protecções; 3) Des-institucionalização da sociedade; 4) Mutação dos modos de socialização; e 5) Mudança da relação ao risco.

Hoje, a profundidade e a natureza das desigualdades sociais são, para além da sua materialidade, sobretudo identitárias: «a desigualdade hoje mede-se através dos recursos que cada um dispõe para construir a sua vida, para afirmar a sua identidade e ser reconhecido pelos outros» (Campenhoudt, 2005), substituindo uma consciência de pertença colectiva por uma multiplicidade de «eus» isolados que vivem individualmente a experiência da exclusão.

O novo paradigma do Estado Social está portanto inscrito nesta nova concepção de cidadão, estabelecendo novas modalidades de relacionamento entre o Actor e o Sistema, nomeadamente pelo reconhecimento das singularidades dos indivíduos e da sua biografia e pelo apelo à activação dos recursos e capitais próprios, estimulando a mobilização e o compromisso individual no processo de apoio social. É a partir deste referencial que têm surgido os novos dispositivos e

medidas de política social que visam a produção de um cidadão activo, participante e comprometido com um projecto de inserção em direcção à sua autonomia.

A recusa do fatalismo determinista do sistema sobre o actor é também a preocupação pela compreensão das suas racionalidades. Concebe-se o actor capaz de acções estratégicas e, portanto, portador de racionalidades num processo dinâmico onde os sujeitos têm uma percepção da realidade e organizam os seus modos de vida num contexto balizado pelas conjunturas históricas. Assim, entre a sua projecção no futuro e a gestão da privação quotidiana, as pessoas em situação de vulnerabilidade desenvolvem diferentes estratégias muito dependentes da dialéctica entre a gestão das suas capacidades, assente no controlo do seu percurso e projecto de vida, e as oportunidades ao seu alcance, enquanto recursos disponibilizadas pelo sistema social.

Esta relação entre capacidades e oportunidades é condicionada por constrangimentos vários, nomeadamente o próprio desenvolvimento social que distribui de forma desigual os recursos e as oportunidades entre os sujeitos. Ora, é neste jogo entre capacidades e oportunidades que a estrutura da acção social procura intervir, na tentativa de reverter situações de vulnerabilidade social, mobilizando e desenvolvendo capacidades, procurando tornar as oportunidades mais acessíveis e disponibilizando para o efeito um conjunto de recursos adequados às necessidades do seu público².

A procura de um "projecto de vida" parece assim resultar dessa necessidade de reforçar a dimensão temporal de construção permanente de uma percepção do mundo e de clarificação do lugar no mundo de cada um. O projecto, é assim, a dimensão emancipadora e prospectiva onde se reconhece, a todos, e a cada um, o desejo de agir em função dos seus objectivos, o que reforça, ainda, o reconhecimento da racionalidade intencional da acção humana (Guerra, 1993). No delinear destes projectos elaboram-se estratégias de acção com níveis de alcance temporal diferenciados.

Interessa, aqui, retomar, uma tipologia utilizada num estudo anterior (Castro e Guerra et al., 2010: 89-90³) que diferencia quatro estratégias fundamentais de gestão da privação no quotidiano, que vão desde a incapacidade para agir perante as dificuldades (*passiva*) até à *estratégia autonomizante*, através da qual os sujeitos tentam alterar as circunstâncias negativas nas quais se encontram, procurando fontes de rendimento decorrentes da sua actividade profissional (ex.: inserção no mercado de trabalho, realização de biscates). Entre estes dois pólos opostos, surgem

² Para um maior aprofundamento deste modelo conceptual ver, entre outros, (Pinto e Guerra et al., 2010)

³ De referir que a adopção desta tipologia foi inspirada num estudo realizado pelo Grupo de Ecologia Social (2000)

três outras estratégias que implicam a relação do sujeito com outros, muito dependente dos níveis de confiança interpessoal e institucional: a *estratégia activa solidária*, pela qual se mobilizam recursos materiais, sociais e emocionais através das redes de relações sociofamiliares; a *estratégia hipotecada* que permite aos indivíduos socorrerem-se destas redes para em situações de maior emergência pedirem dinheiro emprestado ou bens sob a forma de fiado; e a *estratégia activa institucional* que leva os indivíduos a aproximarem-se de entidades e instituições em busca de apoios diversos (pecuniário, habitação, saúde, educação, géneros).

Complementarmente, são também mobilizadas estratégias de acção futura para fazer face aos problemas identificados, tornando-se relevante cruzar a percepção dos problemas com as estratégias desencadeadas. A forma como os problemas são percebidos varia em função da identificação do principal responsável pela situação de vulnerabilidade vivenciada. Assim, é possível encontrar três tipos de percepção da origem dos problemas: 1) *Auto-apreciação responsabilizante*: os problemas sentidos são vistos como dependentes exclusivamente do indivíduo; 2) *Auto-apreciação co-responsabilizante*: os problemas dependem de uma situação individual/familiar, mas também decorrem de factores sistémicos exteriores à vontade e acção das pessoas; 3) *Auto-apreciação desresponsabilizante*: os problemas sentidos dependem exclusivamente da forma como o sistema funciona. As estratégias de acção futura para lidar com os problemas identificados podem ser *Passivas*, marcadas pelo imobilismo, conformismo ou resignação, onde apenas o sistema poderá actuar para fazer face às vulnerabilidades sentidas ou *Activas* em que os recursos para acção dependem exclusivamente do indivíduo (*activa individualizante*) ou da conjugação de recursos individuais e sociais (*activa cooperante*).

Vemos, pois, que os indivíduos, através de um conjunto de estratégias identitárias, são capazes de agir sobre si próprios. A relação entre o indivíduo e os trabalhadores sociais não deve pois ser entendida como uma mera relação de dependência, mas como uma relação de troca, um espaço de negociação e retradução identitária. É, neste sentido, que Soulet (2004) refere que a condição da saída de uma situação de vulnerabilidade vai implicar uma acção do indivíduo sobre ele próprio. A base do “agir fraco” consiste em transformar uma situação problemática numa situação problematizada que permita a identificação de si próprio enquanto um adversário. O problema central torna-se então o da obrigação de produzir as condições de aceitabilidade, para ele e para outro, da sua trajectória de saída e a sua ruptura com a situação de vulnerabilidade, de forma a recuperar a fiabilidade e “re-tornar-se” uma pessoa digna de confiança. Com efeito, na restauração de credibilidade, conjuga-se um duplo movimento:

- 1) A confiança social é mobilizada em situações de fragilidade ou incerteza e, em especial, de dependência do seu futuro para com outras pessoas;

2) A credibilidade comporta a referência à previsibilidade. Implica a expectativa de que os parceiros da interacção vão assumir as suas responsabilidades e as suas obrigações.

Na medida em que o processo do agir fraco se inscreve num contexto de vulnerabilidade, a atribuição de confiança e de credibilidade é imediatamente invalidada. Neste sentido, a restauração da credibilidade passa por um trabalho simbólico e discursivo que visa tornar aceitável tanto a situação problemática vivida como o percurso para atingir a condição projectada.

A Figura seguinte sistematiza o modelo conceptual e analítico adoptado neste estudo, dando relevo às principais dimensões mobilizadas na análise dos diferentes perfis de pobreza.

Figura 1. Modelo conceptual e analítico



II. OS ESTUDOS DE PAINEL: OPÇÕES METODOLÓGICAS

Se nos últimos anos se têm vindo a multiplicar o número de observatórios destinados a monitorizar os indicadores de pobreza e exclusão social, bem como a utilização intensiva e extensiva de inquéritos, com particular desenvolvimento dos estudos longitudinais, parece existir uma ausência de trabalhos empíricos destinados a avaliar os impactos das medidas de políticas sociais, nomeadamente nas condições de vida dos segmentos populacionais mais vulneráveis.

Os estudos de painel, baseados fundamentalmente numa análise de natureza quantitativa com base nos rendimentos, parecem conter ainda potencialidades de desenvolvimento de abordagens qualitativas aplicadas aos estudos longitudinais. A literatura insiste, frequentemente, sobre a importância de completar a análise estatística com dados mais qualitativos, e em particular de entrevistas biográficas que permitam uma melhor análise das articulações dos eventos nas trajetórias dos indivíduos e as suas relações de causalidade. Todavia, o espaço deixado às metodologias qualitativas é ainda periférico e de complementaridade na medida em que a sua utilidade se restringe a uma melhor adequação das variáveis utilizadas nos inquéritos e assim melhorar a qualidade dos painéis existentes.

Deste modo, se por um lado se evidencia a importância dos indicadores de performance para o acompanhamento das políticas públicas, sobretudo por permitirem colocar em relação os *inputs* (recursos investidos) com os *outputs* (serviços ou prestações oferecidos), por outro lado, estes tendem a ser insuficientes se não se considerar a forma como estes recursos são apropriados pelos destinatários e os impactos previstos e não previstos nos seus percursos de vida.

A adopção da metodologia de painel é especialmente importante quando se pretende captar ao longo do tempo os processos, as causas e os efeitos ou as tendências das dinâmicas de pobreza. Seguir as mesmas pessoas ao longo do tempo, identificando percursos-tipo e aprofundando os processos que conduzem ou mantêm as pessoas em situações de vulnerabilidade e aqueles que permitem aos sujeitos sair dessa situação é particularmente relevante ao nível das recomendações que podem ser formuladas na promoção de novas iniciativas e medidas de política por parte do Estado e da Sociedade Civil ou de melhorias nas respostas existentes. Por outro lado, este tipo de metodologia permite ir identificando indicadores-chave de alerta sobre as situações de vulnerabilidade.

Desta forma, a opção por uma estratégia de investigação intensiva assentou no pressuposto de que a riqueza e o aprofundamento da experiência de cada caso prevalecem sobre a quantidade de

indivíduos a entrevistar. Pretendeu-se, assim, realizar uma abordagem compreensiva e em profundidade dos processos sociais e biográficos que estruturam as dinâmicas de exclusão/inclusão, privilegiando-se o sentido que os actores dão às suas vivências e à percepção que têm das suas capacidades e das oportunidades que lhes são oferecidas.

A estruturação dos perfis a entrevistar baseou-se no recente estudo concluído para a SCML (Castro e Guerra et al., 2010) e que assentou em torno de três eixos analíticos:

- Um eixo que remete para as **condições objectivas de existência** e que assenta no estatuto dos indivíduos em função das suas possibilidades de pertença à lógica do mercado de trabalho e das redes sociais.
- Um segundo eixo ancorado nas **dinâmicas subjectivas dos sujeitos**, ou seja, o conjunto de competências e disposições em torno do sentido da dependência e/ou de activação face aos mecanismos de protecção social. Este eixo procura, assim, detectar como a auto e hetero-imagem, as formas de reagir no quotidiano e os projectos de vida dos beneficiários de apoios sociais interferem na sua integração nas esferas do trabalho e das redes sociais.
- Um terceiro eixo assente na duração da **relação dos sujeitos com os serviços de protecção social**, no sentido de se compreender o efeito dos recursos disponibilizados na suspensão e inversão de situações de trajectórias de pobreza e vulnerabilidade.

Perante os três eixos analíticos identificados partiu-se para um agrupamento de perfis em torno da possibilidade, em função da idade e condição de saúde, de pertencerem ou não ao mercado de trabalho, concretamente: trabalhadores pobres, desempregados, cuidadoras informais, incapacitadas para o trabalho por motivo de doença, desafiliados e idosos em situação de vulnerabilidade.

Também no âmbito de um estudo realizado para a SCML em 2010, produziu-se um Mapa das Vulnerabilidades Sociais de Lisboa, onde se procurou explorar de que forma é que os padrões de segregação espacial na cidade de Lisboa se encontravam interligados com os níveis de desigualdade social. A recolha de dados foi feita ao nível da freguesia e estruturada em torno de nove domínios de observação: estrutura demográfica, estruturas familiares, condições de habitação, emprego, educação, participação política, rendimentos, imigração e deficiência.

Com base nos resultados obtidos, optou-se por centrar a recolha de informação em duas unidades territoriais de observação que se distinguem essencialmente pelo seu índice de juventude/envelhecimento e tipo de habitação: i) a primeira, onde se enquadram as freguesias de Marvila e Ameixoeira, com índices de vulnerabilidade elevada e moderada respectivamente, e

pertencentes a um grupo territorial que se caracteriza fundamentalmente pela juventude da sua população, bem como um elevado peso de residentes em habitação social; ii) a segunda inclui as freguesias de Socorro, São Miguel, Santa Justa, São Cristóvão e S. Lourenço, Santo Estêvão, Graça, Castelo, Santiago, S. Vicente, Sé e Beato. Este conjunto tem em comum o facto de ter índices de vulnerabilidade elevados e onde a problemática do envelhecimento se apresenta associado à acumulação de diferentes factores de vulnerabilidade social.

A opção entre a exploração de *territórios* ou a exploração de *perfis sociais* afigurou-se uma decisão particularmente interpeladora. Assumiu-se o interesse pela exploração de perfis, na medida em que estes são identificados como situações de vida com traços de vulnerabilidades reportadas a estados de carência e de dano associados a necessidades tradicionais e emergentes. O centramento por perfis permitiria, assim, focalizar com maior precisão o impacto das políticas sociais em função das características das situações de vulnerabilidade, permitindo a comparabilidade entre contextos residenciais.

No total foram realizadas 80 entrevistas em profundidade, no entanto, apenas 74 foram seleccionadas para análise, por se ter constatado a sua inadequação aos perfis ou por não serem suficientemente ricas em conteúdo. O quadro seguinte apresenta a sua distribuição pelo tipo de territórios e perfis.

Quadro 1: Número de entrevistas realizadas por perfil e território

Territórios Grupo 1: Ameixoeira, Marvila	N	Territórios Grupo 2: S. Cristóvão e S. Lourenço, Socorro, Sto. Estevão, São Miguel, Sta. Justa, Castelo, S. Vicente, Santiago, Graça	N
Trabalhadores pobres	8	Trabalhadores pobres	7
Desempregados	6	Desempregados	5
Cuidadoras informais	6	Cuidadoras informais	5
Incapacitados para o trabalho por motivos de doença	5	Incapacitados para o trabalho por motivos de doença	6
Desafiliados	5	Desafiliados	8
Idosos em situação de vulnerabilidade	6	Idosos em situação de vulnerabilidade	7
Total	36	Total	38

Tendo em conta os objectivos do estudo, o guião de entrevista e a posterior análise da informação foram estruturados em torno das seguintes dimensões:

- Identificação do percurso de exclusão
- Motivações, expectativas e resistências no acesso aos apoios sociais
- Auto-percepção do momento actual, capacidade de acção e oportunidades do sistema

- Redes de relações
- Apreciação sobre as dimensões de impacto dos apoios recebidos
- Auto-imagem e projectos futuros
- Propostas para melhoria dos apoios sociais

Atendendo à diversidade das causas de exclusão social e à pluralidade das suas consequências e implicações para as políticas, considerou-se fundamental entrevistar alguns actores sociais pelo papel que representam em determinadas instituições de âmbito nacional ou local. Este interesse decorria, desde logo, das questões que se iam levantando com as entrevistas realizadas às pessoas em situação de pobreza (tipo de apoios disponibilizados localmente, critérios de acessibilidade às respostas sociais, destinatários abrangidos...). Por outro lado, importava, de forma mais sistemática, compreender como as diferentes entidades se estruturam e actuam no combate à pobreza e à exclusão social.

III. PERFIS DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE DE LISBOA

1. Trabalhadores pobres

O perfil *Trabalhadores Pobres* é composto por quinze entrevistados com idades compreendidas entre os 31 e os 58 anos, residentes na zona Norte/Oriental de Lisboa (freguesias da Ameixoeira e Marvila) e na Zona Sul da cidade (freguesias da Graça, Santa Justa, Santo Estêvão, São Miguel e Socorro). Os entrevistados são maioritariamente de nacionalidade portuguesa, à excepção de uma imigrante angolana chegada a Portugal há 11 anos e uma natural de Cabo Verde que reside no nosso país há 27 anos. Apesar da diversidade de percursos biográficos, estes indivíduos apresentam um traço fundamental em comum: a baixa escolaridade. De facto, mais de metade dos entrevistados situa-se num nível igual ou inferior ao 1º ciclo completo, sendo que apenas um concluiu o 3º ciclo em idade escolar. A entrevistada com maiores qualificações regressou à escola já em idade adulta, tendo completado o 9º e, posteriormente, o 12º ano ao mesmo tempo que trabalhava e cuidava de dois filhos menores.

Os entrevistados que residem na zona Norte/Oriental de Lisboa vivem em habitação social, tanto na qualidade de titulares dos contratos ou como parte do agregado. Pelo contrário, os residentes na zona histórica de Lisboa são arrendatários de habitações privadas, à excepção de uma entrevistada que recorreu a crédito bancário e é actualmente proprietária da casa onde vive há mais de trinta anos na freguesia de Santa Justa.

À data da entrevista, a larga maioria destes homens e mulheres estava inserido no mercado de trabalho, à excepção de dois deles (que se encontravam a realizar biscates). Os restantes treze entrevistados apresentam situações laborais tão diversas como as que se traduzem por vínculos formais de trabalho duradouros com a entidade empregadora (cinco entrevistados trabalhavam há mais de 9 anos no mesmo sítio) ou vínculos contratuais mais recentes. Há também o caso de uma trabalhadora por conta própria (vendedora ambulante) e dois casos de precariedade laboral nos serviços domésticos.

Os percursos biográficos dos entrevistados revelam a predominância da pobreza intergeracional: dez dos quinze entrevistados viveram na infância ou juventude situações de privação, que se traduziram quase sempre no abandono escolar e entrada precoce na vida activa, percursos residenciais marcados pela precariedade e más condições habitacionais e alguns casos de institucionalização infantil por incapacidade económica das famílias. Nas suas vidas adultas, estes quinze entrevistados foram tropeçando em incidentes críticos que configuram a pobreza oscilante da qual vão entrando e saindo ao sabor das oportunidades e acidentes que lhes vão ocorrendo. O desemprego, do próprio ou do cônjuge, as separações e divórcios, os problemas de saúde e o endividamento constituem, aos olhos dos entrevistados, os pontos de origem das situações de vulnerabilidade que identificam nos seus percursos.

A gestão das situações de pobreza é feita através da combinação de diversas estratégias. A *estratégia autonomizante* aparece não apenas sob a forma de biscates que permitem complementar os rendimentos de trabalho, mas também sob a forma da gestão minuciosa dos bens disponíveis, sobretudo ao nível alimentar. Esgotadas as possibilidades da estratégia autonomizante, a maioria dos entrevistados recorre à *estratégia activa solidária*, pela qual são mobilizados recursos nas redes sociofamiliares. A coabitação de familiares constitui um dos recursos mais frequentes e com maior impacto nas vidas dos indivíduos – à data das entrevistas eram cinco as situações de coabitação. Mas o apoio pecuniário entre familiares e a troca de informações quanto a oportunidades de emprego surgem também como outros recursos fundamentais activáveis através das redes de relações sociais próximas.

Existem ainda duas outras formas de lidar com a privação que surgem nos discursos dos indivíduos que compõem este perfil: a *estratégia hipotecada*, utilizada no passado por quatro mulheres e cujas prestações se mantinham activas à data das entrevistas, e a *estratégia activa institucional*, pela qual os sujeitos mobilizam apoios públicos de natureza diversa. O acesso à habitação social e os apoios à infância e educação não implicam, nos seus discursos, a obtenção do estatuto de beneficiário de apoio social, sendo antes encarados como direitos de que qualquer

cidadão dispõe. A auto-imagem como beneficiário aparece apenas quando se trata de apoios de sobrevivência, dirigidos a vulnerabilidades agudas e sem os quais a qualidade de vida dos sujeitos estaria seriamente comprometida.

O retrato que os entrevistados fazem de si mesmos conjuga a resistência à adversidade (particularmente notória nos casos de pobreza intergeracional) com a capacidade de trabalho. De facto, estes quinze homens e mulheres parecem construir a sua identidade em torno da actividade laboral, visível não apenas nos relatos dos seus percursos profissionais mas na afirmação das suas qualidades enquanto trabalhadores. Quando questionados sobre as suas qualidades, imediatamente respondem ‘trabalhador/a’, convocando as memórias das suas vidas activas e do rol de competências que foram adquirindo ao longo dos seus percursos profissionais.

Apesar da exterioridade de uma parte significativa dos problemas com que se deparam, e que se prendem com o funcionamento do ‘sistema’, podemos identificar uma atitude proactiva e responsabilizante por parte daqueles entrevistados que, de formas diversas, procuram segurar os seus destinos na mão, e de onde destacamos a aposta na qualificação escolar e profissional, a acção directa para a renegociação ou cancelamento das dívidas e a procura activa de trabalho.

O recurso a apoios públicos na área da habitação, prestações pecuniárias e apoio à saúde surgem como o caminho inevitável para quem tem à sua frente um campo de possibilidades estreito. As fracas remunerações que auferem, as reduzidas qualificações que possuem e o actual estado de retracção económica do país, obrigam estes homens e mulheres a procurarem soluções fora de si mesmos, adiando para tempos indefinidos o projecto de uma vida totalmente autónoma.

2. Desempregados

Os onze entrevistados (sete mulheres e quatro homens) que integram o perfil *Desempregados, disponíveis para o trabalho* são tendencialmente jovens, tendo sete menos de 41 anos e os restantes com idades compreendidas entre os 47 e 61 anos. A juventude destes indivíduos concentra-se, sobretudo, na zona Norte e Oriental da cidade de Lisboa (dos 6 entrevistados aqui residentes, 5 têm menos de 25 anos). Os percursos de vida destas pessoas, condicionados desde logo pela sua idade e género, são bastante heterogéneos na relação com a família de origem, com o território e trajectos migratórios e em termos dos processos de qualificação escolar, de experiência profissional e vínculo laboral.

Neste perfil predomina uma percepção da situação de vulnerabilidade como episódica ou accidental, sendo mais residuais os casos daqueles que reconhecem que a condição presente

encontra o seu paralelismo com as vivências de privação na infância e juventude, ainda que entre eles a duração da vulnerabilidade se estenda de forma diferenciada ao longo do seu percurso de vida. Mas, independente da exposição mais ou menos prolongada a contextos de pobreza e/ou exclusão social, as situações de privação económica sentidas no presente decorrem, para este conjunto de entrevistados, da incapacidade do sistema gerar trabalho para todas as pessoas. De facto, foi possível constatar que o défice de competências escolares associado a uma entrada precoce na vida activa não se traduziu necessariamente para todas as pessoas na desqualificação e instabilidade profissional. A capacidade de agarrar as oportunidades do contexto, associada a algumas competências pessoais (atitude perante a vida, recursos mobilizáveis...) foram factores-chave determinantes para alguns destes indivíduos, enquanto que, para outros, aspectos externos à sua vontade (i.e., situações de discriminação étnica, ruptura e violência conjugal) têm sido condicionadores da melhoria dos seus padrões de vida.

A este défice de oportunidades, decorrente de um problema macroestrutural, juntam-se outras problemáticas também de carácter sistémico, como a falta de habitação a custos controlados e o baixo valor das prestações sociais para fazer face a situações de privação económica decorrentes de um mercado de trabalho que não garante a integração de todos, de um mercado de habitação privado altamente especulativo e de um parque habitacional público sem capacidade de resposta para fazer face às necessidades emergentes das gerações mais jovens e a situações de emergência social.

É certo que os entrevistados que integram este perfil, para além de reconhecerem a sua sujeição a estas dinâmicas colectivas que escapam ao seu controlo mais directo e imediato, também identificam com extrema racionalidade, mesmo entre aqueles que apresentam os níveis de escolaridade mais baixos, um conjunto de problemas intrínsecos e contextuais à sua esfera pessoal que tendem a bloquear o agarrar das escassas oportunidades de trabalho existentes ou a explicar a sua situação presente. Estes problemas situam-se ao nível das competências e capacidades pessoais, dos recursos materiais, do desenvolvimento pessoal, sócio-afectivo e bem-estar. No entanto, alguns aspectos críticos são também sentidos como necessidades que poderiam ser institucionalmente satisfeitas mas cuja resposta não se tem apresentado suficientemente eficaz.

Constata-se a existência de situações de extrema privação e de desigualdades sociais, em função dos contextos residenciais e do papel das redes sociais. Assim, se nas freguesias de Marvila e Ameixoeira estes entrevistados beneficiam de habitação social, mesmo que seja em coabitação com os titulares de arrendamento ou por via da ocupação de fogos, para aqueles que vivem na

zona histórica o encargo com a habitação é difícil de suportar. Também é entre estes entrevistados que se tende a registar o menor nível de apoio monetário por parte da rede informal (família, amigos, vizinhos) e é também aqui onde os rendimentos *per capita* apresentam valores tendencialmente mais baixos.

São várias as estratégias desencadeadas pelos entrevistados para lidar com as situações de privação sentidas no quotidiano. A maioria das pessoas que integram este perfil têm como principal fonte de rendimento os apoios sociais seja por via do RSI, seja através de subsídios eventuais ou abonos de família que podem ser ou não cumulativos. Aqueles que ingressaram no RSI fizeram-no num período relativamente recente, no máximo há dois anos, sendo a prestação auferida encarada quer como um rendimento de sobrevivência, quer como um substituto do subsídio de desemprego ao qual não conseguiram aceder ou que finda a sua duração ainda não conquistaram alternativas de garantia económica. Outros afastam a possibilidade de aceder a esta medida como uma estratégia de valorização identitária que aposta na inserção profissional e onde os ganhos financeiros esperados, mantendo-se na condição de beneficiário do RSI, desempenham um papel menos central que o exercício de uma profissão.

Aqueles que revelam uma resistência, ou mesmo recusa, de aceder ao sistema de protecção social ou a apoios sociais em espécie demonstram uma crença em si e na sua capacidade de resolução de alguns dos seus problemas, procurando evitar a desqualificação e a dependência. No entanto, no que toca a apoios ao nível da habitação ou da saúde, as implicações identitárias tendem a ser menores, já que são percebidos como um direito a ser consagrado pelo Estado.

Apesar das dissonâncias entre o apoio que tem sido disponibilizado e as necessidades sentidas, estes entrevistados fazem uma avaliação globalmente positiva da relação com os assistentes sociais. Prevalcem, no entanto, sentimentos de discricionariedade nos apoios que são concedidos em domínios como os apoios pecuniários, a habitação e a saúde. Também na celeridade das respostas e na abrangência dos seus destinatários são identificados aspectos críticos.

Os rendimentos auferidos por via desta *estratégia activa institucional*, revelando-se manifestamente insuficientes, conduzem estas pessoas a desenvolverem outros dispositivos de acção. As estratégias desencadeadas vão desde o recurso a familiares e amigos - *estratégia activa solidária* -, passando por pedir fiado junto do comércio local - *estratégia activa hipoteca*, até à realização de alguns biscates e venda de bens - *estratégia autonomizante* ou simplesmente passar mal - *estratégia passiva*.

A estratégia activa solidária, estando presente na maioria destes entrevistados, revela a importância assumida por aqueles que lhes estão mais próximos (amigos e familiares) e dos suportes que estes forem capazes de fornecer. Os recursos disponibilizados por esta rede não são muito diversificados, traduzindo-se na possibilidade de coabitação, no apoio económico em situações de maior emergência e na doação de alimentos e roupa.

A capacidade de resposta a esta estratégia por parte dos elementos que compõem a rede parece depender muito da existência de crianças em agregados familiares precocemente constituídos, revelando a quase inevitabilidade da activação de redes de suporte familiar perante o nascimento de filhos e a dificuldade dos seus pais se autonomizarem do agregado familiar de origem.

Assim, a partilha da casa acaba igualmente por se traduzir no não assumir de despesas fixas domésticas, como o pagamento de electricidade, água, gás e/ou alimentação, ainda que nem sempre os recursos económicos disponibilizados encontrem o seu paralelo em capital social activável. De facto, os discursos fazem emergir relações de algum modo tensas e conflituosas, das quais não se pode esperar outro tipo de apoio desejável, como o suporte emocional e o cuidar dos filhos e cuja durabilidade do suporte até agora prestado pode estar comprometido.

Quando se projecta o futuro emergem disposições diferenciadas de acção para ultrapassar as necessidades identificadas no presente. Encontra-se um conjunto mais alargado de pessoas que tende a percepcionar a sua situação actual de vulnerabilidade decorrente da combinação de condições pessoais e condições exteriores a si, sendo apenas possível reverter a sua condição se tiverem o devido apoio do sistema e se conseguirem desencadear por si próprias as disposições de acção necessárias para tornarem a sua vida com mais dignidade. Se a falta de oportunidades do mercado de trabalho é percepcionada por todos os entrevistados como um problema que atravessa a sociedade portuguesa, extravasando inclusive as fronteiras nacionais, para este conjunto de pessoas soma-se também as dificuldades de aceder a uma habitação a custos controlados, identificada como um constrangimento do funcionamento do sistema. Assim, a resolução dos seus problemas actuais passaria, por um lado, pelo apoio do Estado que proporcionasse o aumento do número de postos de trabalho disponíveis e de fogos de habitação social ou de apoios específicos ao arrendamento no mercado privado. Por outro lado, não dispensaria o desenvolvimento de estratégias pessoais, como a procura activa de trabalho e o investimento na qualificação escolar. Estamos assim perante uma *auto-apreciação dos problemas co-responsabilizante e uma estratégia activa cooperante*.

De salientar, no entanto, que a diversidade de pessoas que integram este grupo – idade, género, tipo de família, pertença étnica e percurso de exclusão/inclusão – conduz a perspectivas diversas face à avaliação dos resultados obtidos com as estratégias desencadeadas. Para uns as estratégias de activação e resiliência são mais evidentes, onde a autonomização face aos serviços de assistência é uma realidade que se vislumbra com alguma facilidade. Um conjunto de capacidades e recursos alimentam esta atitude: sentido de mobilidade social, capital escolar, confiança em si, capacidade de projecto e fase do ciclo de vida. Para outros, predominam sentimentos de alguma frustração, stress e dependência, mesmo que o auto reconhecimento das suas competências e capacidades tenha um cunho muito positivo. Um segundo grupo, composto por um número mais residual de casos, desenvolve uma *auto-apreciação dos problemas desresponsabilizante e uma estratégia individualizante*. Estas pessoas atribuem apenas ao funcionamento do mercado de trabalho a causa da sua situação actual. No entanto, revelam uma estratégia auto-mobilizadora para superar os seus problemas, seja pela insistência na procura activa de trabalho, seja pelo reforço das suas competências escolares e profissionais. Embora em fases muito diferentes do ciclo de vida, estas pessoas têm em comum um conjunto de recursos pessoais que lhes permite alimentar a ideia de que os seus projectos se irão concretizar: sentido de mobilidade social, capital escolar, confiança em si e capacidade de projecto.

3. Cuidadoras informais

As onze mulheres que integram este perfil têm em comum o facto de terem a seu cargo o cuidado de filhos menores ou de serem elas o garante dos cuidados a familiares cujo quadro clínico os coloca numa situação de dependência. Este centramento das suas vidas na esfera doméstica encontra um paralelismo quando se analisa a sua inserção profissional: todas estas mulheres, com idades compreendidas entre os 31 e os 63 anos, tiveram uma actividade profissional como empregadas de limpeza, ajudantes de cozinha, costureiras ou de auxiliares de apoio directo ou fazem ainda, ocasionalmente, alguns trabalhos de limpeza. Em fases diferentes das suas vidas, abandonar a profissão ou reduzir o horário de trabalho tornou-se um imperativo para prestar cuidados a familiares: progenitores, sogros, cônjuges, filhos ou sobrinhos. A natureza destas problemáticas apresenta níveis de exigência diferenciados na mobilização dos escassos recursos financeiros e psicológicos para lidar com a situação, revelando uma vulnerabilidade à pobreza no feminino.

A privação decorrente do afastamento involuntário do mercado de trabalho, sem qualquer tipo de protecção social em caso de desemprego é apenas uma das faces da privação económica e social sentida nas suas famílias, a que se vem somar, de forma diferenciada, a dimensão mais contextual

que limitou e continua a condicionar as opções de vida destas pessoas, definindo assim em grande parte aquilo que são e o que poderão vir a ser.

Por um lado, encontramos um grupo mais restrito de entrevistadas cujo afastamento do mercado de trabalho para além de decorrer da escassez de oportunidades, depara-se com a falta de respostas para a colocação dos filhos com menos de três anos em creches ou com a dificuldade de conciliar uma eventual inserção no mercado de trabalho com os horários dos estabelecimentos de ensino - dado que no caso destas mulheres as maiores oportunidades centram-se no sector dos serviços de limpeza prestados a empresas. Residindo em zonas distintas da cidade e apresentando o mesmo tipo de falta de recursos de apoio à família, leva-nos a questionar se o problema residirá na quantidade das respostas existentes ou na sua efectiva acessibilidade a este tipo de equipamentos e, se assim for, que tipo de factores estão a bloquear a integração das crianças nas creches da área de residência.

Por outro lado, as restantes entrevistadas são cuidadoras informais quer de familiares idosos, quer de filhos ou de outros familiares com um grau de incapacidade que os impede de conseguir gerir o seu quotidiano de forma autónoma. O historial da prestação destes cuidados é, tendencialmente, longo e intenso e anda a par com uma espécie de cumprimento de um destino de pobreza. A aceitação deste papel é visto como algo inevitável, mas onde igualmente emergem valores de solidariedade e de prestabilidade que se impõem face aos efeitos negativos que se verificam com os curtos períodos de institucionalização de familiares. A manifestação de não terem formas de contrariar a falta de recursos reflecte-se numa ausência de visão de futuro e de descrença nas capacidades de mudança. Já não sendo na sua maioria jovens, estas cuidadoras encontram-se igualmente vulneráveis do ponto de vista físico e mental, registando-se situações que parecem estar a afectar o bem-estar destas cuidadoras, o que eventualmente se poderá reflectir no apoio prestado, ainda que nos seus discursos não fique patente a redução de qualidade do mesmo. O desalento e o cansaço parecem ser mais evidentes entre as cuidadoras mais velhas ou entre aquelas que apresentam também alguma vulnerabilidade do seu estado de saúde, pois sentem dificuldades no desempenho de algumas tarefas. Encontra-se, assim, uma forte incidência de pessoas deprimidas, com tendências suicidas e pouca esperança no futuro, em que a existência de algumas estruturas de apoio a nível local poderia fazer aliviar a angústia sentida.

A aparente distinção em termos do tipo de cuidadoras em presença neste perfil soma-se à homogeneidade em termos da duração dos percursos de pobreza e exclusão, maioritariamente marcados pela sua intergeracionalidade e onde os incidentes críticos, desde que se autonomizaram do seu agregado familiar de origem, ocorreram há mais de cinco anos. A necessidade de prestar cuidados a familiares vem agravar, em alguns casos, a condição económica e emocional destas

mulheres, não só pelo afastamento progressivo ou radical do mercado de trabalho, mas também pela inexistência de rendimentos do trabalho por parte de outros membros da família - ou pela sua não participação nas despesas do agregado familiar -, tornando difícil a gestão da vida quotidiana face aos encargos elevados com a saúde. Consta-se que o cuidado informal de terceiros tende a funcionar como uma armadilha, pois quanto mais se investe na esfera doméstica, mais se fica condicionada por essa obrigação e menos se vislumbram hipóteses de saída - sobretudo, quando os territórios tendem a ser desprovidos de repostas institucionais que vão ao encontro das necessidades sentidas. De facto, o actual suporte formal de que beneficiam alguns destes agregados resume-se ao apoio a algumas actividades instrumentais da vida diária que, embora valorizado, é manifestamente insuficiente face às necessidades sentidas.

Para todas as mulheres que integram este perfil, a identidade de cuidadora informal e de mãe, não parece construir-se a partir de uma opção pelo afastamento do mercado de trabalho, mas por uma imposição que as circunstâncias da vida e do mercado lhes colocam. As lógicas de acção que se combinam na dinâmica familiar, nomeadamente as de ordem afectiva, mas também as que remetem para normas culturais, constituem variáveis explicativas das expectativas menos optimistas face à futura inserção profissional.

Inevitavelmente, os meios de vida destas famílias dependem quase exclusivamente de prestações sociais, existindo apenas três agregados familiares cuja origem dos rendimentos provém também do salário de um dos membros da família. Para fazer face à difícil gestão da privação do quotidiano todas as entrevistadas desenvolveram uma *estratégia activa institucional* que lhes permitiu aceder ao sistema de protecção social. Nalguns casos, regista-se igualmente o recurso a outros apoios formais disponibilizados por entidades locais que permitem aliviar as despesas com alimentação, fraldas e medicação ou atenuar o esforço físico e psicológico decorrente do exercício do papel de cuidadora, consubstanciado através de apoio domiciliário ou de suporte emocional. Por outro lado, a maioria tem uma rede familiar que permite a mobilização de alguns recursos materiais, sociais e emocionais, mas poucos podem contar com uma rede de relações de entreajuda composta por amigos e vizinhos (*estratégia solidária*). Surgem casos pontuais de mobilização de uma *estratégia autonomizante* por via da realização de alguns trabalhos pontuais e de uma *estratégia hipotecada*, ou seja, aquela que se socorre das relações de interconfiança pessoal que permitem pedir dinheiro emprestado ou bens que se pagam em função das possibilidades.

Entre as entrevistadas que desenvolvem uma estratégia activa solidária o principal apoio provém da família seja sob a forma de dinheiro ou pagamento de despesas domésticas (renda, água

electricidade), seja pela disponibilização de alguns bens alimentares e vestuário. Mais pontualmente também, alguns destes bens são disponibilizados por vizinhos que partilham a sua produção agrícola com algumas das entrevistadas.

O recurso à estratégia activa institucional não está, no entanto, isenta de algum conflito identitário que se traduz numa recusa em se recorrer ao RSI por se sentir que há uma grande invasão da privacidade e a uma resistência já ultrapassada, onde se misturam sentimentos de vergonha com o desgosto da necessidade de exposição da vida pessoal.

E é precisamente nesta percepção de que o acesso ao sistema deve beneficiar mais aqueles que realmente necessitam e menos como um direito atribuído a quem preencha um conjunto de requisitos que se constrói uma auto-imagem de merecedor de apoios por oposição e distinção face a outros que ludibriam o sistema, que não querem trabalhar, que não sabem aproveitar as oportunidades disponibilizadas pelos serviços de assistência e que nunca contribuíram para o sistema de protecção social. Nesta imagem do outro que recebe sem ter necessidade emergem perspectivas racistas e xenófobas, e que chegam a ser efabuladas, já que têm como referência o acesso a determinadas prestações (como o RSI ou o abono de família) e não da acção social tradicional que poderia assentar numa base mais discricionária. Ao sentimento de discricionariedade patente nos seus discursos, muito dependente da encenação que se faz no atendimento e da empatia gerada entre cliente-assistente social, junta-se o desconhecimento dos apoios existentes e do direito de a eles aceder.

Constata-se, assim, que o afastamento das instituições não se regista apenas numa fase anterior à solicitação de apoio, mas também quando a experiência tida revela que as necessidades sentidas e expressas não encontram eco, ou seja, mesmo tratando-se de problemas cuja solução está institucionalmente prevista a resposta tende a não ser eficaz, pela dificuldade ou restrição no acesso aos recursos existentes. Como consequência regista-se uma quebra dos laços institucionais e um enfraquecimento dos níveis de confiança em certas instituições com impactos negativos, em algumas situações, ao nível do estado de saúde das cuidadoras e no acesso ao mercado de trabalho por parte das mulheres com filhos com idades inferiores a três anos.

Pela forma como é expressa a relação estabelecida com os mecanismos de assistência social e pelos apoios que foram referenciados em situação de entrevista, parece que as necessidades sentidas não são institucionalmente reconhecidas como um problema social, que produz danos prejudiciais ao desenvolvimento colectivo. Perante uma avaliação tendencialmente negativa dos apoios que são disponibilizados, nomeadamente pelo nível de discrepância entre o apoio

concretizado e o desejado, entre as necessidades sentidas e as que são institucionalmente reconhecidas e satisfeitas, os seus efeitos nas condições de vida destas famílias parecem apenas suprir algumas das necessidades mais básicas, como a garantia da subsistência ou aliviar, durante umas escassas horas por dia, a prestação dos cuidados a familiares dependentes. Dada a intensidade do papel desempenhado por estas mulheres, o apoio domiciliário surge apenas como um complemento, sendo possível questionar se a relação não deveria ser inversa.

Existem, no entanto, casos mais residuais que se distanciam da tendência dominante ao referirem outro tipo de impactos: o RSI como uma forma de conseguir um “empurrão para a vida”, que no fundo se traduz pela garantia da subsistência quotidiana ou a “bóia de salvação” que os laços institucionais vieram proporcionar, revelando como a lógica subjacente ao acompanhamento social tem valorizado a capacidade de estabelecer contacto, de gerar e manter relação, de produzir confiança enquanto requisitos à vinculação e à formação da capacidade de agir das pessoas.

A consciência crítica que atravessa o discurso destas entrevistadas traduz-se na identificação de problemas que transcendem a dimensão individual (consciência colectiva), influenciados pela conjuntura económica (consciência social) e aos quais o sistema político poderá responder (consciência política). A forma como se conjuga a identificação do tipo de problemas com a estratégia para os superar revela uma grande diversidade de disposições para a acção que ultrapassa o tipo de problemas que afectam estas famílias. Os quatro tipos de disposições encontrados parecem relacionar-se com a trajectória biográfica, com atributos pessoais (auto-estima, confiança em si, atitude perante a vida, aspirações, capacidade de esboçar projectos) e com a forma como se avaliam os factores mais contextuais, nomeadamente as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, o acesso a equipamentos e ao sistema de protecção social. Assim, estas quatro disposições podem sintetizar-se da seguinte maneira:

i) *Auto-apreciação responsabilizante e activa cooperante*: as mulheres que tendem a atribuir a si próprias as causas da situação de vulnerabilidade em que se encontram fazem-no por motivos diferentes. As disposições de acção apresentam-se de forma estruturada, dando a ideia de uma sequência feita por etapas: arranjar os dentes, continuar o processo de qualificação e encontrar trabalho, de preferência numa área que goste.

ii) *Auto-apreciação desresponsabilizante e activa cooperante*: este grupo de entrevistadas inclui mulheres que se encontram impossibilitadas de trabalhar, não só por factores conjunturais decorrentes do funcionamento do mercado de trabalho, mas sobretudo por não conseguirem colocar os filhos menores de 3 anos em creches subsidiadas. E são estas razões, exteriores a si e à sua vontade, que as levam a identificar o seu problema como sistémico. Por outro lado, encontram-

se também aqui modos de vida pautados por situações de pobreza oscilante ou acidental que duram há menos de cinco anos ou de uma forma mais prolongada.

iii) *Auto-apreciação co-responsabilizante e activa cooperante ou individualizante*: neste grupo encontram-se as entrevistadas que apresentam uma visão co-responsabilizante dos seus problemas actuais, ou seja, que remetem as causas da sua situação presente a factores intrínsecos a si próprias, mas também ao défice quantitativo e qualitativo das respostas sociais e à dificuldade de encontrar oportunidades de trabalho adequadas ao papel de cuidadora. Se um conjunto de mulheres identifica como estratégia de superação das vulnerabilidades sentidas a conjugação da sua capacitação com as oportunidades que o sistema possa proporcionar, desenvolvendo, assim, uma *estratégia cooperante*, outras apresentam um projecto mais *individualizante* que não deixa de se relacionar com a sua auto-imagem (“força de vontade, coragem e lutadora”) que permite manter a energia para procurar trabalho, mas cujo descrédito e distanciamento face às instituições que poderiam dar o suporte necessário aos cuidados que presta conduzem a não ter ilusões de que o sistema poderá de alguma forma apoiar neste projecto.

O que une estas mulheres reside no nó górdio da prestação de cuidados a familiares, ou seja, todas elas o identificam como um problema que está em si, no entanto, existem especificidades que tendem a configurá-lo de forma diferente e tornar a sua resolução mais ou menos eficaz.

4. Incapacitados para o trabalho por motivos de doença

Integram o sub-perfil *Incapacitados para o trabalho por motivos de doença* onze entrevistados, oito mulheres e três homens, com idades compreendidas entre 35 e os 64 anos, distribuídos pela zona Norte/Oriental da cidade de Lisboa – freguesias de Ameixoeira e Marvila – e zona Sul da cidade – freguesias de S. Cristóvão, S. Lourenço, Socorro e Castelo. Todos os entrevistados são de nacionalidade portuguesa, com excepção de um refugiado do Congo que se encontra em Portugal desde 1969, tendo ficado sem documentação há cerca de 20 anos, desde então em situação irregular no país. A composição familiar dos seus agregados varia entre o indivíduo isolado e a família alargada. Apesar da heterogeneidade dos percursos de vida em causa, sobressai o forte impacto que episódios de doença acarretam na vida destes entrevistados.

Os entrevistados deste perfil encontram-se incapacitados para o trabalho por motivos de doença, ainda que esta condição não seja institucionalmente reconhecida, e portanto nenhum disponha de pensão de invalidez. Para quase todos, esta situação é permanente e apenas para um entrevistado é temporária. A incapacidade para o trabalho associada à falta de outros rendimentos que permita a independência financeira dos agregados, colocou estes entrevistados em situação de grande

vulnerabilidade social. Importa não escamotear o facto de estarmos perante percursos de vida, muitos deles, pautados por momentos anteriores de privação económica.

De facto, constata-se que prevalecem neste grupo de entrevistados trajectórias de vida marcadas pela permanência numa situação de carência económica ou de exclusão social, onde se acumulam situações de desemprego, precariedade laboral, famílias numerosas, baixas qualificações, más condições habitacionais e incapacidade para o trabalho. Nestas situações estamos perante uma *pobreza e/ou exclusão social persistente*, onde as recentes situações de doença apenas agravaram a situação em que o seu agregado familiar já vivia.

De forma mais residual surgem dois tipos de trajectórias: um tipo que se caracteriza por uma pobreza menos permanente e mais oscilante, resultado de situações de vulnerabilidade ao longo da vida, como situações de desemprego ou o nascimento de filhos. Ou seja, estamos perante entrevistados cujas trajectórias evidenciam alguns momentos de carência económica que conseguem reverter, ainda que actualmente por motivo de doença tenham retornado à condição de necessidade, uma *pobreza oscilante*. Um segundo tipo que nos coloca perante situações de *pobreza episódica ou accidental* (três entrevistados): indivíduos que se vêem confrontados, em determinada altura das suas vidas, com um momento crítico - uma situação de doença - que os coloca na condição de necessidade e que os faz recorrer pela primeira vez a algum tipo de apoio social, neste caso ao Rendimento Social de Inserção.

No que se refere ao percurso residencial, é importante destacar alguns dados. Antes de mais sobressaem especificidades territoriais. Os entrevistados residentes na zona Norte/Oriental são titulares de habitação social, os da zona histórica recorreram ao mercado habitacional privado para aceder à habitação. Em qualquer um dos casos, a questão habitacional parece não constituir um problema, ainda que objectivamente o custo da habitação privada seja elevado face aos rendimentos disponíveis dos entrevistados. Quanto à satisfação com a habitação, esta parece estar mais dependente de factores simbólicos, assente nas relações de vizinhança e de identidade, do que em questões objectivas, como a dimensão ou o custo.

Ao longo da análise dos percursos de vida destes entrevistados, e no que se refere à enunciação dos problemas, foi possível constatar a existência de dois planos: um pessoal e um societal, inevitavelmente resultado do diferencial entre a apreciação que fazem das suas condições de vida e as suas aspirações e expectativas de vida. Ora, o estado de doença em que se encontram é o problema mais generalizado, que está longe de ser minimizado pelo sistema. Na generalidade, os entrevistados atribuem a sua condição de vulnerabilidade sobretudo a factores externos a si, mais

do que a factores pessoais, ainda que a doença se assuma como o factor determinante mas incontornável.

Estas situações de vulnerabilidade implicam inevitavelmente o accionamento de estratégias para reverter ou minimizar estados de carência. Quanto a esta questão verifica-se alguma diversidade nas estratégias assumidas, que vão desde a passividade perante a situação, ao recurso a apoios formais e informais, disponibilizados por uma rede institucional, social e familiar:

- É possível distinguir algumas diferenças nos apoios informais identificados, que podem ser justificados por dois factores, a idade e o local de residência. Verifica-se que são os entrevistados mais novos, que referem ter ainda algum tipo de apoio da família, concretamente de pais ou avós, e é na zona histórica que os apoios prestados por vizinhos e amigos assumem maior destaque, atribuindo mais uma vez uma importância fulcral às redes de vizinhança, já destacadas na valorização do local de residência – uma *estratégia activa solidária*;
- Todos dispõem ou aguardam a atribuição de Rendimento Social de Inserção, uma *estratégia activa institucional*;
- As prestações sociais auferidas são complementadas por outros apoios, essencialmente institucionais, como habitação social, apoios à saúde prestados pela SCML, e apoios em géneros, essencialmente alimentares, uma *estratégia activa institucional*. Quanto a estes apoios complementares, verificam-se algumas especificidades territoriais. Na zona Norte e Oriental da cidade usufruem de apoios à habitação, sob a forma de habitação social com rendas ajustadas aos orçamentos familiares. Já na zona histórica da cidade, e apesar das rendas elevadas face aos rendimentos das famílias, apenas três entrevistados recebem algum tipo de apoio à habitação. Nesta zona da cidade se os apoios à habitação ficam aquém das necessidades sentidas, proliferam outros tipos de apoio institucional que podem surgir como compensatórios às elevadas despesas das famílias com as rendas. São eles os apoios à saúde e os apoios em géneros. Estes últimos são, aliás, quase transversais aos entrevistados da zona histórica, que consistem em alimentos, mas também em electrodomésticos e vestuário;
- Independentemente da diversidade dos apoios de que beneficiam, a maioria revela uma atitude de resignação face às dificuldades do dia-a-dia, uma *estratégia passiva*.

Estamos, então, na presença de um grupo que na generalidade regista momentos anteriores de recurso a apoios sociais, mas cuja adesão actual assenta ainda numa maior necessidade, coexistindo, por vezes, sentimentos de vergonha e de direito. Mas todos colocam como alternativa primeira, a inserção no mercado de trabalho, se tivessem condições para tal, destacando a independência financeira que isso lhes traria e a imediata melhoria das suas

condições de vida. No entanto, este cenário configura-se, para quase todos, como idílico, cujas condições de saúde tornam inconcretizável, restando-lhes apenas colocar as suas expectativas numa sobrevivência assegurada pelos apoios sociais.

No discurso dos entrevistados está patente o desconhecimento sobre os critérios de acesso aos apoios sociais que, associado à sua insuficiência e demora na atribuição, desemboca muitas vezes na ideia de discricionariedade na sua atribuição, imputada à falta de sorte ou à incompreensão dos técnicos sobre a sua realidade.

No que respeita à apreciação do acompanhamento, a avaliação negativa que fazem das relações estabelecidas com os técnicos da Santa Casa contrasta com a imagem positiva que transmitem dos contactos com outras entidades locais de acção social (associações, igreja e junta de freguesia), demonstrando maior proximidade e apreço pelo trabalho desenvolvido por estas entidades. A incompreensão das suas realidades, a desadequação dos apoios prestados (valor de RSI inferior ao necessitado e insuficiência de outros apoios), a rigidez nos critérios de atribuição e manutenção dos apoios e a morosidade na sua atribuição são as principais razões de descontentamento com a Santa Casa. Contrariamente, surgem expressões de apreço pelos apoios disponibilizados pelas outras entidades locais, na medida em que estes apoios são entendidos como complementares às insuficientes prestações sociais auferidas.

Perante a sua actual situação, estes entrevistados apresentam diferentes visões sobre os seus problemas e as estratégias que lhes permitirá romper com a actual situação de exclusão que vivem. A análise dos discursos permite evidenciar diferentes formas de olhar os problemas e estratégias para reverter a médio e longo prazo a suas actuais situações de vulnerabilidade.

- Predomina a combinação de condições pessoais e sociais. Por um lado, destacam a doença, mas, simultaneamente, dão conta da dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho no actual contexto económico do país e a falta de apoios sociais, nomeadamente o facto de não verem a sua incapacidade para o trabalho reconhecida, mesmo após a passagem inglória por algumas juntas médicas. Perante este cenário, consideram que devem ser os serviços de protecção social a contribuírem para reverter a sua situação, seja através de apoios sociais ou da pensão de invalidez, seja por outras formas complementares de apoio. Estamos assim perante uma *auto-apreciação dos problemas co-responsabilizante, mas com uma estratégia passiva*.

De forma mais residual surgem outros três tipos de posicionamentos:

- *Uma auto-apreciação do problema co-responsabilizante e uma estratégia activa* enunciada apenas por uma entrevistada que considera que a sua situação actual se deve, por um lado ao seu estado de

doença, mas também à dificuldade de encontrar um trabalho que se adeque à sua condição física, mas que no entanto, coloca em si a responsabilidade de encontrar um trabalho que consiga fazer, dado o seu estado;

- Uma *auto-apreciação do problema responsabilizante e uma estratégia activa* em que os entrevistados (dois) colocam em si a responsabilidade da actual situação, essencialmente centrada na situação de doença, contudo, atribuem também a si a responsabilidade de reverter a situação de exclusão em que se encontram por via, exclusivamente, da procura de emprego, quando tiverem condições para isso ou da abertura de um negócio;
- Finalmente, um posicionamento *desresponsabilizante e passivo* enunciado por apenas um entrevistado que responsabiliza o sistema pela sua situação actual e pela estratégia de resolução. A sua condição deve-se particularmente à falta de apoios sociais para a resolução dos seus problemas, os quais apenas poderiam ter solução através da atribuição de mais apoios e da regularização da sua situação de indocumentado, já que não consegue sozinho fazer face às burocracias exigidas.

Perante a presença um conjunto de entrevistados incapacitados permanentes para o trabalho por motivo de doença não surpreende que quase todos evidenciem uma total dependência dos apoios sociais. A grande maioria deseja a manutenção dos apoios sociais que recebem. Preferencialmente, gostariam de os ver convertidos em reformas de invalidez.

Ao relacionar o entendimento do problema e da estratégia de acção verifica-se que quanto maior o tempo de relação com os apoios sociais maior a desresponsabilização pessoal quanto ao problema e quanto ao accionamento de estratégias para reverter a situação de vulnerabilidade em que vivem.

Estamos, então, na maioria dos casos, perante estratégias de adaptação e de resignação às actuais condições de vida onde a estratégia assumida é defensiva, imobilizante e conformista.

Este conformismo reflecte-se nos projectos para o futuro, ou antes na falta deles. Todos os entrevistados tendem a defender-se desta questão referindo que já não fazem projectos para o futuro, quer seja pelas acumuladas dificuldades vividas ao longo da vida, quer pela falta de recursos que permita a concretização desses mesmos projectos.

5. Desafiliados

São treze os entrevistados que compõem o perfil *Desafiliados*: quatro mulheres e nove homens, com idades compreendidas entre os 31 e os 55 anos, residentes em quatro freguesias de Lisboa (Ameixoeira, Marvila, São Miguel, Santo Estêvão e Xabregas). Apesar de serem diferentes entre

si, estes indivíduos apresentam como traços comuns o desemprego à data da entrevista e fracas qualificações escolares e profissionais (apenas dois de entre eles completaram mais do que o 3º ciclo). Cinco entrevistados são beneficiários do programa Casas Primeiro e os restantes oito foram encontrados através de contactos disponibilizados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, GEBALIS e Associação Auxílio e Amizade. Apenas uma das pessoas foi seleccionada por via dos contactos que outros entrevistados forneceram à equipa.

Este conjunto de homens e mulheres em idade activa, com reduzidas qualificações escolares, encontrava-se fora do mercado de trabalho à data da entrevista. Até aqui, nada os distingue de outros perfis analisados nesta pesquisa. Mas olhando mais de perto, descobre-se aquilo que os torna singulares no contexto do estudo da pobreza e exclusão social em Lisboa. Às consequências negativas - materiais e pessoais - do desemprego, somam-se outras rupturas que vêm aprofundar a situação de desvantagem: desagregação familiar, doença mental, toxicodependência e alcoolismo, detenção prisional e doenças crónicas. Perante a adversidade extrema, os desafiados encontram-se sós. A fragilidade das suas redes de relações inter-pessoais vem intensificar os *handicaps* que traziam consigo, conduzindo-os a um beco de onde só conseguem vislumbrar saída através do apoio de instituições do Estado.

A análise dos dados permitiu identificar dois subperfis entre estes treze entrevistados. No subperfil *desafiados em trânsito em busca de oportunidades* incluem-se os indivíduos cujos acidentes de percurso e desorganização pessoal, decorrente de experiências marginais (toxicodependência e detenção prisional), não os impediram de crer em si mesmos e na sua capacidade de resolução de problemas, que os fazem buscar oportunidades que lhes permitam afastarem-se dos apoios sociais e retomarem a vida activa. Apesar de terem rompido com algumas esferas das suas sociabilidades, contam ainda com uma rede familiar activável que diminui o impacto da pobreza e exclusão social. Embora reconheçam ter dificuldades pela frente, conseguem desenhar o futuro em que reaverão a sua autonomia, e esse é o seu maior desejo. Do outro lado, temos o subperfil *desafiados instalados numa condição de necessidade*. Aos insucessos decorrentes da exclusão profissional e económica, somam-se doenças mentais, doenças crónicas incapacitantes e a extrema debilidade ou mesmo ausência de redes sociais. A capacidade de projecção autónoma no futuro é ténue ou inexistente. Vivem entre a resignação a uma vida dependente e o sonho do milagre financeiro que os salve da situação em que encontram.

A natureza eminentemente solitária das pessoas que compõem este perfil encontra tradução no tipo de estratégias de gestão de privação utilizadas pelos indivíduos, expresso na clara prevalência da *estratégia activa institucional* sobre a *estratégia activa solidária*. Todos os entrevistados

recorrem a instituições de apoio social para ultrapassar as situações de vulnerabilidade com que se deparam; todavia, são apenas quatro os que mobilizam redes sociais informais, recorrendo à possibilidade de coabitação, ou ao apoio alimentar prestado pelas redes sócio-familiares. A *estratégia autonomizante* aparece nos discursos dos entrevistados sob a forma de biscates com os quais complementam as prestações sociais recebidas e, mais raramente, na procura activa de emprego.

Quanto aos tipos de apoio recebidos, verifica-se o claro predomínio das prestações pecuniárias. Dos treze entrevistados, doze recebem RSI, um recebe uma pensão de invalidez e um indivíduo recebe uma semana da entidade gestora do programa Casas Primeiro. Mas os apoios institucionais não se esgotam aí: o apoio à saúde sob a forma de consultas ou comparticipação de medicamentos, o apoio em géneros alimentares e o apoio à habitação são também frequentes entre os entrevistados. De notar que o apoio directo à habitação é de três tipos: um caso de habitação social cuja titular é a entrevistada, uma residente em albergue e cinco beneficiários do programa Casas Primeiro.

É a partir da imagem do beneficiário de apoios sociais e da ideia de merecimento nos apoios recebidos que os entrevistados desenharam uma linha identitária temporal que articula a sua condição actual de privação (eu, beneficiário), os passados de trabalho que tiveram (eu, trabalhador) e os futuros que concebem como seus (eu, beneficiário / eu, pensionista / eu, trabalhador). Embora todos mencionem o património de trabalho que carregam dos seus passados, poucos são os que explicitamente se referem a si mesmos como bons trabalhadores, aptos no imediato para o mercado de trabalho. Todos os restantes vêm esse futuro de autonomização pelo trabalho como relativamente longínquo – pelas características da actual economia que reduz as oportunidades, pela sua reduzida escolaridade e formação profissional, pela doença mental ou pela idade. Há mesmo quem não pense sequer em regressar à vida activa, aguardando o deferimento de pensões de invalidez. A projecção que a maioria faz no futuro é, por isso, uma projecção condicional: se arranjar trabalho, se tiver uma casa minha, se ganhar o euromilhões. Nesse ‘ses’ cabem outros sonhos, mais ou menos distantes, como encontrar uma mulher, recuperar a guarda dos filhos entregues a familiares ou ir ao Pólo Norte.

6. Idosos

Integram o perfil *Idosos* treze homens e mulheres com idades compreendidas entre os 63 e os 82 anos. Estes idosos residem nas freguesias de Ameixoeira, Marvila, Sto. Estêvão, S. Vicente, Santiago e São Cristóvão. Oito deles residem sozinhos e os restantes com o cônjuge e/ou outros familiares (filhos ou netos). Independentemente das trajectórias de vida, todos se encontram

actualmente em situação de carência económica, sobretudo em resultado dos valores extremamente baixos das pensões que auferem. Esta parece ser a condição inevitável para muitos, dado o longo percurso de vulnerabilidade desde a infância até à vida adulta, onde as condições de precariedade e instabilidade laboral os mantiveram na condição de pobreza. Existem, no entanto, algumas excepções, cujas famílias de origem e percursos de vida não fariam prever a actual situação de vulnerabilidade. Pelo facto de se tratar de uma população mais vulnerável à doença, aos baixos rendimentos acrescem elevadas despesas com a saúde.

Prevalecem *trajectórias de vida repletas de dificuldades, da infância à actualidade*, que configuram casos de *pobreza persistente e intergeracional*. De facto, os seus discursos demonstram bem as condições de necessidade vividas na infância e juventude, pautadas por famílias numerosas e pelos baixos rendimentos dos pais, circunstâncias agudizadas pela doença, morte ou fuga de um dos progenitores. Mais residuais são os casos de entrevistados para quem a vida de sacrifício vivida na infância e juventude deu lugar a algum desafogo financeiro depois do casamento, mas que a velhice fez retornar, uma *pobreza oscilante e intergeracional*. Finalmente, também de forma pontual, surgem entrevistados que relembram a infância e juventude como períodos de vida sem dificuldades económicas e uma idade activa de desafogo económico. Aquilo que parecia ser o lastro de uma velhice estável desaguou em situações de carência económica em resultado de incidentes familiares.

Como seria de esperar, as condições de vida destas famílias de origem não permitiram longos percursos escolares. As fracas qualificações da maioria destes idosos conduziu-os, desde novos, a trabalhos não qualificados, como limpezas, operários fabris, ajudantes de cozinha ou empregados de mesa. Trabalhos que, marcados por grande rotatividade e precariedade, com carreiras contributivas curtas e consonantes com salários baixos, originaram pensões todas inferiores ao salário mínimo nacional, muitas delas pensões sociais.

Independentemente dos diferentes percursos de vida, os baixos rendimentos actualmente auferidos são transversais, situações muitas vezes agudizadas pelas despesas de saúde com os próprios ou com os seus familiares. Acrescem a estes problemas de base - a carência económica e a doença - outras problemáticas de contexto sistémico ou familiar, como seja a falta de habitação a custos reduzidos ou a dependência física e/ou financeira de familiares destes idosos que lhes agrava a condição de vulnerabilidade vivida.

Para reverter ou minimizar as situações de carência em que vivem, estes idosos accionam diferentes estratégias. Os rendimentos de que dispõem provêm, essencialmente, das suas pensões,

uma *estratégia activa institucional*. Esta estratégia vai além do recurso a prestações sociais: para compensar o isolamento alguns recorrem aos centros de dia, uns dispõem de habitação social, outros, cumulativamente ou não, dispõem de apoios à saúde prestados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de bens alimentares de entidades locais, ou ainda de prestações sociais que complementam os seus magros orçamentos, como o Complemento Solidário para Idosos. Aliás, para todos, o recurso aos apoios institucionais para suprir algum tipo de necessidade é um facto que remonta à idade activa, seja através do realojamento social, seja pela solicitação de alguma prestação social.

Os apoios prestados pelas redes de proximidade complementam os apoios institucionais recebidos. A debilidade física destes idosos circunscreve estes apoios sobretudo aos filhos, irmãos e vizinhos. São apoios pontuais, que consistem em apoio emocional, material e por vezes financeiro, limitado às próprias capacidades dos que os prestam. De facto, é principalmente nos filhos que alguns deles encontram um suporte complementar, material ou financeiro, que permite amenizar as necessidades sentidas no quotidiano, uma *estratégia activa solidária*. Ainda que os filhos e os irmãos sejam por vezes um suporte emocional e financeiro, mais ou menos regular, é nos apoios institucionais que estes homens e mulheres procuram a manutenção da sua sobrevivência e a melhoria das condições de vida.

Apesar dos apoios recebidos, está bem patente no discurso de todos, as dificuldades económicas com que vivem. Actualmente resta-lhes gerir da melhor forma o orçamento disponível, assumindo que ficam muitas vezes algumas despesas por cobrir, sobretudo as de saúde. Perante esta realidade, tomada como inevitável, todos assumem uma atitude de resignação, que se reflecte numa *estratégia passiva*, onde a alternativa é uma gestão eficaz dos recursos, maioritariamente com prioridade para as despesas de saúde.

As prestações pecuniárias - pensões de velhice e de invalidez - são assumidas como um direito social e legal. Ainda que estejam associadas a um sentimento de independência, por vezes estas prestações são desvalorizadas nos discursos dos entrevistados devido à sua insuficiência. Por oposição, os restantes apoios são valorizados, exactamente na óptica que complementam as necessidades não suprimidas pelos primeiros. Os apoios de género, sobretudo a alimentação, fazem emergir em alguns um sentimento de dependência que gostariam de dispensar.

É interessante verificar que estes idosos se mostram gratos por todos os apoios recebidos e que as únicas críticas apresentadas se prendem com a quantidade desses apoios, nomeadamente a falta daqueles consideravam necessitar, apreciações dirigidas exclusivamente à Santa Casa, que se prendem com a necessidade de óculos, fraldas ou próteses dentárias.

Finalmente, é possível dar conta de um estado de resignação por parte destes idosos face à sua actual situação que lhes limita a capacidade de projectar o futuro ou mesmo sonhar. Esta resignação é justificada por uma pluralidade de razões: as dificuldades económicas que modelaram a vida de muitos destes idosos (marcada por importantes momentos históricos como as duas grandes guerras, um longo período de ditadura e ainda uma guerra colonial), combinada com a idade avançada em que se encontram, os fracos rendimentos de que dispõem, os estados de saúde debilitados, a condição de viuvez ou de separação, a morte de pais, no caso dos que sempre residiram com eles, ou o afastamento de alguns filhos.

IV. Beneficiários e entidades: uma visão comparada dos apoios sociais e propostas

Ao longo do estudo foi possível apresentar a percepção dos diferentes perfis sobre os apoios sociais no que respeita a sua *quantidade*, *qualidade* e *acessibilidade* e as várias *propostas* formuladas. Coube a mesma oportunidade às entidades auscultadas. Neste ponto pretende-se destacar as apreciações e propostas semelhantes, mas também as suas dissonâncias.

No que respeita ao critério *Quantidade* apenas existem apreciações coincidentes sobre a **rede de equipamentos, face** às restantes dimensões não existe discordância apenas focos de apreciação distintos. Ou seja, no que se refere à rede de equipamentos, beneficiários e entidades concordam quanto à necessidade de reforçar a oferta de equipamentos de apoios às crianças, idosos e pessoas com deficiências. No entanto, quanto à quantidade de apoios prestados as restantes preocupações parecem distinguir-se. Os beneficiários, ainda que apreciem positivamente os apoios prestados na área da **saúde, prestações sociais e habitação**, consideram-nos insuficientes, dado que os apoios existentes são maioritariamente de carácter temporário, as respostas do parque habitacional público ficam muito aquém das necessidades e na área da saúde é apontada a sua insuficiente cobertura. Já as entidades centram as suas preocupações naquilo que consideram ser a insuficiência dos apoios ao **emprego**, quer pela falta de oportunidades de emprego protegido quer pelas restrições ao crédito para apoiar o empreendedorismo.

Estes diferentes enfoques evidenciam perspectivas distintas dos apoios sociais. As entidades parecem destacar a dimensão do emprego, assumindo que perante a resolução dos seus aspectos críticos, a autonomização dos indivíduos e famílias seria alcançada. Esta perspectiva contrasta com a dos beneficiários, para quem o emprego não surge relacionado com os apoios sociais, e, portanto, perante a actual dependência dos apoios sociais por diversas razões, resta-lhes apreciar as dimensões essenciais para a sua sobrevivência, habitação, saúde e prestações sociais.

No que se refere as apreciações *qualitativas* sobre os apoios sociais, ambos voltam a tecer apreciações críticas à **habitação**. Apesar de serem mencionados pelos beneficiários aspectos positivos que resultam do apoio prestado por algumas juntas de freguesia (com a cedência de habitação a um entrevistado e a disponibilização de materiais para reabilitação das habitações) ou ainda os subsídios de renda prestados pela Santa Casa, proliferam os aspectos críticos que se centram nas condições habitacionais: a dimensão desadequada, a fraca manutenção dos imóveis de habitação social e a falta de privacidade nos albergues. Também as entidades reconhecem os problemas habitacionais, em particular na zona histórica da cidade, e apontam como principal crítica a dificuldade de intervir na requalificação urbana.

No que se refere aos restantes aspectos qualitativos destacados, as partes diversificam as dimensões apreciadas. Por um lado, os beneficiários centram as suas apreciações **na saúde e na rede de equipamentos e** as entidades na **formação profissional**. Os primeiros valorizam os apoios prestados, mas não deixam de sublinhar alguns constrangimentos na sua atribuição, como a demora, a escassez e a padronização dos serviços prestados, que nem sempre respondem às necessidades. Os segundos centram as suas críticas na falta de respostas formativas que capacitem este público e potenciem a sua integração no mercado de trabalho.

No que respeita à qualidade dos apoios sociais prestados surge na voz das entidades e dos beneficiários uma outra dimensão - as questões processuais. Para as entidades, as críticas recaem sobre as **formas de organização institucional** e os **modos de intervenção**. Para os beneficiários o **acompanhamento social** é um vector fundamental, para quem a empatia de alguns técnicos contrasta com a incompreensão e a inércia de outros, o reduzido poder negocial no âmbito das acções desenvolvidas ou ainda aquilo que consideram ser um excesso de invasão das suas vidas privadas.

Para as entidades, as dificuldades dos **modos de intervenção** centram-se na garantia de sustentabilidade dos projectos de intervenção, na fidelização de voluntários, na dificuldade de identificar os destinatários prioritários e intervir com sucesso em contextos de pobreza intergeracional. Por outro lado, os aspectos mais críticos nas **formas organizativas** prendem-se com a monitorização e avaliação da intervenção, o perfil desajustado de algumas instituições e técnicos e a fraca dinâmica de parceria.

A *acessibilidade* aos apoios sociais é também um critério sobre o qual reflectem beneficiários e entidades. Se as entidades colocam no centro das suas críticas a **habitação e a saúde**, dando conta da dificuldade da população jovem e imigrante aceder ao mercado de habitação público e

privado e a falta de transportes que assegurem as deslocações aos equipamentos de saúde, os entrevistados concordam com estas apreciações críticas, ainda que destaquem positivamente o projecto Casas Primeiro, mas estendem as suas críticas à dificuldade de aceder a outros apoios, como as **prestações sociais, alimentação, educação e formação profissional**. Estas críticas decorrem da rigidez e da incompreensão das regras de acesso, onde a discricionariedade na atribuição surge recorrentemente nos discursos, da falta de diversidade na oferta formativa e na desadequação das propostas de emprego às competências adquiridas nas formações frequentadas.

Perante os diversos aspectos críticos enunciados, as propostas feitas por entidades e beneficiários são vastas e cobrem diversas dimensões dos apoios sociais. Em comum surgem propostas para a **habitação, emprego e rede de equipamentos**. Propostas que passam pelo acesso facilitado à habitação, a promoção de respostas e incentivo à criação de postos de trabalho e a criação de novas e diversificadas respostas da rede de equipamentos.

São as **prestações sociais** que reúnem, no caso dos beneficiários, uma maior reflexão ao nível das propostas, onde se destaca o rigor na atribuição, a fiscalização e o aumento dos montantes atribuídos. No caso das entidades, para além das propostas mencionadas, os **modos de intervenção** e as **formas organizativas** são as dimensões sobre as quais recaem as propostas destes agentes. A articulação do trabalho entre parceiros e equipas, a aposta na inovação, na flexibilidade e na intervenção comunitária, na monitorização e avaliação das intervenções desenvolvidas surgem como as principais orientações que propõem.

V. CONCLUSÕES

1. AS DIFICULDADES NO ENTENDIMENTO DA POBREZA: QUESTÕES POLÍTICAS E CIENTÍFICAS

O discurso (e a prática) da crise ignora os pobres

Mais de três anos depois de desencadeada a crise financeira, as suas consequências sobre os mais pobres é um debate ausente da sociedade portuguesa apesar da revolta e manifestação pública de vários outros grupos sociais. No entanto, algumas das medidas de combate à crise são sobretudo gravosas para os que se encontram em situações de maior vulnerabilidade: novas regras de acesso e cortes no RSI, diminuição nos subsídios de desemprego, redução no acesso à saúde, etc.

As consequências sociais da crise, que são objecto de debate em grande número de países, não emergem com vigor em Portugal e os discursos sobre a inevitabilidade da redução da qualidade de vida são numerosos. São, sobretudo, as instituições de solidariedade social as que aparecem na arena pública e que apelam a um aumento da solidariedade nacional, mas os modos de exercício dessa solidariedade retornaram à assistência (alimentar e outra) dos séculos passados tendo-se banalizado práticas há muito criticadas porque demasiado humilhantes. A emergência e a urgência de situações familiares gravosas parece que tudo justifica e o discurso da crise insiste sobre o seu alargamento às classes médias e sobre o agravamento da situação dos que já estavam em situação de pobreza.

De facto, a crise parece impressionar pela sua dimensão, mas também porque atinge grupos sociais até aqui bem acima dos limiares de pobreza, essencialmente por via do desemprego que atinge níveis históricos esgotando os recursos das associações. A urgência faz esquecer a importância de conhecer com mais detalhe o modo como a crise impacta nas condições de vida de uma percentagem alargada de famílias portuguesas de formas bem diferentes, com uma diversidade de causas, manifestações e impactos nos modos de vida dos que a protagonizam. No entanto, é o entender dessas causalidades múltiplas e interpenetradas que torna possível adequar as políticas sociais à diversidade dos momentos históricos. Essa foi a razão desta pesquisa.

Comprender a pobreza ou medi-la? Em defesa de uma postura antropológica

Os discursos sobre a pobreza e a coesão social estão difundidos em todos os países e muito particularmente no contexto europeu. As políticas comunitárias há muito que definiram as formas

de quantificar a pobreza de forma a monitorizá-la e a encontrar termos comparativos entre países. O pressuposto é de que para reduzir a pobreza é necessário começar por defini-la, quer dizer medi-la, e prosseguir com tentativas de compreensão da sua génese de forma a estruturar políticas sociais que combatem as causas e não apenas os efeitos.

Esta simplicidade de raciocínio está frequentemente perturbada pela multiplicidade de noções e de conceitos produzidos nas academias onde pobreza, exclusão, desqualificação, desafiliação, etc. se relacionam com diferentes quadros interpretativos da pobreza e pretendem influenciar essas mesmas políticas sociais. Os fenómenos da pobreza adequam-se a esse carácter flutuante e impreciso dos conceitos dada a dimensão multiproblemática e a diversidade de causalidades sistémicas que estão na sua génese, bem como a multiplicidade de estratégias pessoais e familiares que são desenvolvidas pelos cidadãos.

Nesta pesquisa optou-se por analisar perfis de pobreza que outros estudos manifestaram como dominantes na cidade de Lisboa (Castro e Guerra, 2010). Esta abordagem por perfis permite aprofundar a diversidade das causas e dos factores que contribuem para a pobreza, e situar a análise nessa complexa relação entre o sujeito - e o seu percurso - e as dinâmicas de desenvolvimento económico, institucional e social de um país. Também ajuda a sintetizar a informação recolhida sobre as fontes de rendimento, padrões de consumo, actividades económicas, acesso a serviços e condições de vida dos pobres, bem como analisar mais de perto a relação entre a pobreza e as características sociais, como género, etnia ou outras.

A postura antropológica da pesquisa pressupõe uma forma de conhecimento que, valorizando a “narração” do percurso de vida dos “pobres”, não coloca o entrevistador numa posição *voyeurista* externa ao fenómeno estudado. Aqui, o que se pretendeu foi o desvendar do sentido da vivência individual num contexto societal determinado. Esta atitude de análise crítica questiona profundamente o sentido de neutralidade das ciências sociais. O investigador está preso numa contradição: ou legitimar o *status quo* ignorando as contradições que estão ocultas, ou desvendá-las formulando de forma crítica as relações sociais nas suas complexas imbricações.

“A análise científica das formas de emancipação ou de dominação não exige a tomada de posição moral ou ideológica sobre os fenómenos de pobreza e de vulnerabilidade que se pressentem. Se essa posição é legítima no campo político, no campo da pesquisa pede-se ao investigador que elucide cientificamente as contradições entre interesses e grupos sociais e clarifique o papel do interventor e dos efeitos das políticas sociais. O conhecimento científico consiste, em larga medida, nesse desvendar do que está oculto e, sem dúvida, o campo da pobreza e da desigualdade é um campo privilegiado de análise das contradições das relações sociais, que são a matéria de trabalho dos investigadores das ciências sociais.” (Guerra, 2011: 9).

As histórias relatadas, se por um lado, naturalizam a pobreza através de uma pretensa banalidade da vida quotidiana, também não a apresentam como uma característica de certos cidadãos que se lhes colou como rótulo estigmatizante para o resto das suas vidas com profundas implicações a todos os níveis das suas interacções sociais. As narrativas mostram a pobreza e as estratégias de sobrevivência de pessoas e famílias com percursos de vida, oscilantes, com emoções e racionalidades várias que evoluem no tempo.

Assim, na narração confronta-se a lógica do investigado e do investigador decifrando as definições contraditórias das situações, procurando tecer para além dos discursos um processo de compreensão que se traduz em categorias e comparações. Assume-se, assim, que o conhecimento antropológico é cumulativo, provisório, em constante evolução e co-construído entre lógicas narrativas e interpretativas muito diferentes.

1. NUMA SOCIEDADE DE RISCO, A POBREZA COMO PROCESSO OSCILANTE E INTERACTIVO: ENTRE O SISTEMA E O SUJEITO

Pobres iguais a nós

A crise socioeconómica de hoje teve a capacidade de nivelar por baixo – pelos níveis de pobreza – perfis sociais outrora tão diversos. Na pesquisa realizada encontramos desde “pessoas como nós” com habilitações e percursos de vida estáveis até aos perfis tradicionais, fruto de gerações de pobreza (estes são menos de 1/3 do total de entrevistados). Essa proeza é conseguida, em larga medida, devido ao disfuncionamento do mercado de trabalho seguido pela sucessiva diminuição dos apoios sociais ligados ao Estado de bem-estar.

De facto, neste estudo e ao contrário de outros (Castro e Guerra, et al., 2010), a pobreza parece ter mudado de cara e ter-se aproximado de grupos sociais até aqui *integrados* tendo-se a sensação de que, a qualquer momento, nos pode atingir a nós, os *incluídos*. Essa ruptura com a forma como se encarava tradicionalmente a pobreza é visível de forma alargada e vem do acumular *de pequenas mudanças* que recompuseram profundamente a vida de cada um, quer seja nas formas de trabalhar, de aprender, de nos preocuparmos com a saúde ou somente nas relações com os outros. Mas a mudança do rosto da pobreza torna-se mais impressionante pela grande racionalidade que é introduzida no discurso destes “pobres iguais a nós”, que analisam com um misto de exterioridade e de emoção os seus percursos de vida e o esmagamento das suas expectativas. Esta racionalidade toca particularmente os investigadores, dado que os “pobres iguais a nós” emergem no discurso

com as mesmas categorias de pensamento e de acção, pois frequentemente pertencem a grupos sociais muito próximos.

São histórias de vida de privação, de oscilação entre a pobreza e o bem-estar, ou de relativa estabilidade de inserção social que torna mais penosa (ou mais leve) a vivência da situação actual. Mas, para todos, é cada vez mais evidente que para elaborar estratégias de redução da pobreza é preciso agir, em simultâneo, no reforço da capacidade de acção do sujeito, mas também na procura das oportunidades sociais que condicionam a saída destas situações, pois é nesse jogo complexo que se geram e que se ultrapassam as situações de vulnerabilidade.

Esta realidade é entendida pela maioria dos entrevistados. De facto 40 entrevistados (em 61⁴) colocam a compreensão da situação em que se encontram nessa relação co-responsabilizante entre eles próprios e o sistema social. Apesar disso, é elevado (12) o número dos que encontram em si a “culpa” da situação em que estão e 9 entrevistados acusam a sociedade de estar na origem da sua situação (cf. Quadro seguinte).

Apesar de se terem escolhido perfis dominantes de pobreza que se considerava desvendarem a diversidade das causalidades e das estratégias, o que se identifica maioritariamente é um olhar complexo sobre as dinâmicas sociais e sobre as suas capacidades sendo que a grande maioria está consciente que só uma estratégia cooperativa entre os seus esforços individuais e os disponibilizados pelas entidades públicas poderá desbloquear soluções para a situação em que se encontram.

Ao contrário de outros estudos que enfatizam as dimensões de dependência⁵, nesta pesquisa identificam-se posições proactivas ao nível da auto-percepção da sua situação individual e do desenvolvimento de estratégias de activação na procura de novas oportunidades. Mesmo considerando estar-se ao nível de uma análise do discurso, a análise de conteúdo cruzou uma grande diversidade de justificações e são muito poucos os que se acantonam numa posição passiva.

⁴ Em relação aos 74 entrevistados, foram analisadas em 61 a apreciação da situação em que se encontram e as estratégias que desenvolvem face ao futuro. Em 13 situações, correspondentes ao perfil dos idosos, não foi considerada a relação com o futuro pois desvirtuaria o sentido da apreciação e sobrecarregaria a categoria “passivos”.

⁵ Ver, entre outros, Rodrigues, 2010.

Assim, se a compreensão complexa da situação de pobreza é entendida num contexto social de depressão e de risco acrescido, os pobres entrevistados estão maioritariamente numa procura activa de oportunidades.

Quadro 2. Apreciação da sua situação e estratégias face ao futuro

Apreciação das responsabilidades pela sua situação	Atitude face à procura de soluções	Nº de entrevistados
Auto-apreciação responsabilizante (de si próprio)	12	
	Activa cooperante	9
	Activa individualizante	2
	Passiva	1
Auto-apreciação co-responsabilizante (sujeito e sociedade)	40	
	Activa cooperante	27
	Activa individualizante	4
	Passiva	9
Auto-apreciação desresponsabilizante (a culpa é da sociedade)	9	
	Activa cooperante	6
	Activa individualizante	3

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA'CET, 2011

No cômputo geral, a investigação, identificando alguns perfis individuais de vulnerabilidade, revela sobretudo dificuldades no actual funcionamento do mercado de trabalho e na incapacidade dos sistemas de protecção social para fazerem face aos riscos de forma adequada: desemprego, doença e problemas familiares parecem de facto explicar uma parte significativa da situação de necessidade e de apoio social.

Pobreza não como estádio mas como processo, ou como estamos sujeitos a uma vulnerabilidade acrescida

O que as narrativas nos trazem é antes de mais percursos de construção da vida social onde se entrelaçam capacidades e oportunidades mas que, neste momento histórico, situou estes indivíduos numa situação em que não conseguem sozinhos fazer face às suas necessidades mais básicas. No entanto, atente-se que os percursos de vida narrados não foram sempre assim: a maioria dos entrevistados relata a coerência lógica de uma vida integrada onde acontecimentos estruturantes os pressionaram agora para uma situação de pobreza.

Nesse sentido, parece evidente que a pobreza não emerge como um estádio permanente, mas como um processo de múltiplas facetas na sua génese e na sua manifestação. Esse percurso para muitos, em função das suas características, é sentido como permanente, mas para a maioria a

esperança de retoma do percurso anterior é o sentimento que fornece energia suficiente para tecer estratégias de sobrevivência activas.

Assim, se estas narrações tornaram evidente que a pobreza não é um estágio também mostraram que, na sociedade actual, é um processo - oscilante ou contínuo - que acompanha a vida dos indivíduos havendo flutuações nas biografias individuais e familiares com múltiplos coloridos e temporalidades. De facto, se é verdade que cerca de 1/3 dos entrevistados tem forte pobreza persistente, os outros dois terços dividem-se entre pobreza oscilante e episódica.

Para alguns (25), os acontecimentos estruturantes, que geraram a quebra com percursos de inserção mais estáveis, parecem prolongar-se no tempo e provocar facilmente a pobreza persistente, sobretudo quando associados a perfis sociais e situações individuais que se tornam permanentes como a doença ou a idade demasiado avançada para ser aceite no mercado de trabalho. Inversamente, um grupo expressivo de entrevistados tem percursos oscilantes (26) mostrando bem a vulnerabilidade da sua situação social e a manutenção de uma vida de risco de desinserção ou considera que a sua situação é apenas accidental (21).

Quadro 3. Percepção da situação de pobreza /exclusão e duração dos incidentes críticos

	< de 5 anos	> de 5 anos	Não refere duração	Total
Pobreza persistente		17	8	25
Pobreza oscilante	15	9	2	26
Pobreza episódica ou accidental	8	10	3	21
Total	25	34	13	72

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA'CET, 2011

Nesse sentido, parece ser de aceitar a proposta de Soulet (2009), que considera ser mais útil na situação de actual crise, raciocinar em termos de *vulnerabilidade* para dar conta dos fenómenos contemporâneos de fragilização de certos indivíduos em lugar de insistir no conceito de exclusão. Não é uma simples passagem de conceitos, na medida em que num momento em que a sociedade se apresenta em profunda remodelação afastando do seu centro uma grande quantidade de cidadãos “normais inúteis” (Donzelot, 1996), o conceito apela sobretudo à vulnerabilidade gerada pelas dinâmicas sociais mais do que à análise dos mecanismos de fragilização identitária. No entanto, Soulet (2009) insiste na noção de vulnerabilidade por duas ordens de razão que esta pesquisa confirma. Por um lado, porque a vulnerabilidade apela a uma representação da sociedade como um viver em conjunto que supõe a presença do todo societal contemporâneo e não uma

“exclusão” entendida como uma noite escura de solidão total⁶. De facto, os entrevistados são na sua grande maioria indivíduos incluídos em múltiplas redes sociais, em primeiro lugar a família, mas também os amigos, a vizinhança, as instituições, etc. Por outro lado, o conceito de vulnerabilidade permitiria ainda dar conta dos dois lados da vulnerabilidade, ser vulnerável ou tornar-se vulnerável, acentuando esta dimensão processual da relação entre sujeito e sociedade de que se falou atrás.

“En proposant de substituer la compréhension d'un processus (l'exclusion) aux déterminations d'un état (la condition de pauvre), en proposant de faire de ce processus la conjonction de facteurs économiques, sociaux et symboliques (la non-insertion sur le marché du travail, la non-intégration dans des réseaux denses de relations sociales et la non-occupation d'une place socialement signifiante) plutôt que chercher les seuils de possession ou d'accès à des biens en deçà desquels les individus chutaient inexorablement dans une condition de pauvreté, le recours sociologique à l'exclusion a ouvert une brèche considérable dans l'appréhension des situations de non-intégration et de marginalité. Elle a ainsi largement contribué à actualiser les questions de solidarité, de socialisation et de citoyenneté, largement abandonnées aux certitudes de sociétés assises sur leurs richesses et leurs valeurs d'autoréalisation individuelle» (Soulet, 2009: 6)

2. O MAL-ESTAR IDENTITÁRIO. Um indivíduo sofredor e ocupado pelas tarefas ligadas à sobrevivência

Muito se tem dito e escrito sobre a exigência da sociedade actual sobre o sujeito individual onde a cultura dominante parece fragilizar ainda mais os que sentem que, em qualquer momento da sua história individual, não conseguiram apresentar-se como vitoriosos sobretudo nas dimensões mais materiais e de consumo, mas também nas dimensões mais identitárias e simbólicas.

A sociedade moderna é muito exigente face ao sujeito, sobre a sua capacidade/resiliência na ultrapassagem dos obstáculos de forma a conseguir a sua inserção num contexto de grande isolamento e de fragilização dos laços sociais. Estamos cada vez mais obrigados a tomar conta de nós (Rosanvallon, 1995), a liberdade não está somente por conquistar, torna-se um imperativo pesado - “sê autónomo”, “sê responsável”, são apelos que se tornaram ordens e que acabaram por nos enfiar no que os psicólogos chamam *double bind*, uma ligação contraditória entre as coisas e as pessoas.

Da mesma forma, a individualização-emancipação desdobra-se em emancipação e fragilização num contexto onde, simultaneamente, as regras sociais, os comportamentos e as instituições que organizavam, canalizavam e controlavam os nossos comportamentos se diluíram lentamente, deixando uma grande diversidade de valores, de formas de ser e de estar, de estratégias possíveis.

⁶ Também Jordi Estivill (2008) revisitando pesquisas realizadas em países como Peru, Brasil, Marrocos e Itália revela como o conceito de vulnerabilidade abre novas perspectivas na explicação da pobreza e da exclusão social. Apesar de não substituir estes dois últimos conceitos, a noção de vulnerabilidade ajuda a examinar alguns processos emergentes e a realidade social daqueles que se encontram mais abaixo e distantes dos centros de poder.

O declínio dos corpos intermédios, a profunda mutação da relação entre o individual e o colectivo torna difícil a cada um construir pessoalmente a existência e dar um sentido à sua vida.

Vivemos, assim, um mundo mais aleatório e menos organizado onde a cada momento temos de rever o processo histórico de individualização. Implicando mutações de muitas dimensões da vida social, o individualismo significa: uma evolução moral (o triunfo da lógica de mercado e o fechamento sobre si próprio), um facto sociológico (o esboroar dos corpos intermédios, a fragilização dos laços comunitários e a tendência à atomização social) e um princípio filosófico (a valorização da autonomia e da autenticidade) (Fitoussi e Rosanvallon, 1997).

Como afirma Rosanvallon (1995), a crise que atravessamos é, assim, simultaneamente, económica e antropológica: é juntamente crise da civilização e crise do indivíduo. Esta “precariedade transaccional” (Soulet, 2009) realiza-se num regime de grande fluidez social e de um individualismo instável e indefinido caracterizado pela fragilização dos laços de confiança nos outros ou nas instituições.

É neste contexto fluido, de sinais contraditórios que cada um define as suas estratégias de relacionamento, de compromisso, de aceitação ou de rejeição de certas regras do jogo social. Estratégias tão mais difíceis quanto menores são os níveis de capitais que se possuem e, sobretudo, a força ou a fragilidade das redes sociais de suporte. Quem não tem recursos não arrisca, e quem não arrisca, frequentemente perde.

É provavelmente por essa razão - porque nem sempre na racionalidade dos discursos é claramente perceptível e aparece mesmo por vezes contraditória - que frequentemente o discurso sofredor parece suplantam o do indivíduo vencedor e que vários dos entrevistados (sobretudo os mais velhos e que já vivenciaram percursos positivos) se assumem como responsáveis da situação em que se encontram e há uma percepção do futuro tão diferenciada.

Mas quando a vida quotidiana não está assegurada, o significado da palavra estratégia tem um impacto quase brutal. É preciso assegurar quotidianamente a sobrevivência diária de si e da sua família. A gestão dos riscos associados à precariedade quase total, a gestão da incerteza, a descoberta, a manutenção ou construção de redes sociais dadoras de recursos vários é de uma enorme exigência psicológica mas também temporal e material (cf. Quadro seguinte).

Muitos têm apontado o facto de as famílias pobres se apresentarem sempre muito ocupadas e terem pouco tempo para se disponibilizarem para as actividades bem intencionadas dos serviços

públicos e instituições. Mas é preciso considerar que se a pobreza é essencialmente um risco e a protecção desse risco é muito exigente: diz respeito à procura de trabalho, à manutenção de níveis de angariação de recursos nas várias instituições sociais, à procura das melhores instituições e de mais fácil acesso, à alimentação de redes sociais indispensáveis, a procura de recomendações de vários tipos para se conseguirem contactos, etc.

Quadro 4. Estratégias de gestão do quotidiano

Tipo de estratégia/ Perfil	Passiva	Solidária	Activa hipotecada	Activa institucional	Autonomizante
Trabalhadores pobres		Coabitação com familiares (irmãos, filhos, progenitores do próprio ou do cônjuge) Apoio monetário de familiares Apoio material de amigos e família	Créditos à banca como estratégia passada	Habitação social com maior predominância na zona norte /oriental; subsídio de renda (SCML) com maior predominância na zona histórica; apoio à educação para crianças e jovens (SASE); RSI; abono de família; apoio à saúde (cartão da SCML); géneros alimentares e bens domésticos	Biscates/ trabalho
	1	7	4	11	15
Desempregados		Coabitação com familiares, com maior predominância na zona norte /oriental; apoio monetário; apoio material (roupas p/filhos; alimentos); apoio emocional - apoios disponibilizados por familiares, menor na zona histórica por comparação com a zona norte/oriental	Empréstimos pontuais a comerciantes locais	Habitação social como apoio indirecto por não serem titulares do contrato (coabitação), com maior predominância na zona norte /oriental; Apoios à saúde – óculos, medicação (SCML); géneros alimentares; RSI; subsídio eventual (SCML)	Biscates, venda de bens
	1	8	1	7	4
Cuidadores informais		Apoio monetário; géneros alimentares; coabitação; vestuário – apoios prestado essencialmente por família; apoios pontuais de vizinhos com bens alimentares produzidos pelos próprios; transporte prestado por amigos	Empréstimos pontuais e Compra de bens a crédito no comércio local	Habitação social com maior predominância na zona norte /oriental; RSI; pensão de invalidez de dependente; pensão de viuvez; pensão de velhice do cônjuge; subsídio de apoio à 3ª pessoa; subsídio de SCML; abono de família	Biscates
		7	4	11	3
Incapacitados para o trabalho por motivo de doença	Resignação com a situação/sentimento de incapacidade de mudança	Apoios prestados por família , incidência nos entrevistados mais jovens (> 40 anos): Apoio monetário; géneros alimentares; apoio emocional Apoios prestados por vizinhos , incidência nos entrevistados mais velhos (<50 anos): Apoio emocional e géneros alimentares	Empréstimos pontuais junto de amigos e comércio local;	Habitação social com maior predominância na zona norte /oriental; apoio à saúde da SCML (cartão de saúde e medicação); géneros alimentares e outros bens domésticos de associações locais; RSI; subsídio de SCML para renda na zona histórica; materiais de construção para manutenção da habitação da Junta de freguesia na zona histórica	Biscates
	11	8	2	11	1

Barómetro de pessoas que se encontram em situação vulnerável na cidade de Lisboa

Tipo de estratégia/ Perfil	Passiva	Solidária	Activa hipotecada	Activa institucional	Autonomizante
Desafiliados		Alimentação de família e vizinhos; coabitação com familiares (progenitores e ex-marido); tutela dos filhos por familiares	Empréstimos pontuais	RSI; pensão de invalidez; subsídio dado por AEIPS; apoio à saúde de SCML (medicação); acompanhamento técnico e habitação prestados pelo projecto Casas Primeiro; isenção de taxas moderadoras; consultas médicas (CAT); albergue	Biscates; procura activa de emprego
		4	2	13	7
Idosos	Resignação com a situação/ sentimento de incapacidade de mudança	Apoio monetário e apoio material e transporte de familiares, (essencialmente filhos e irmãos) maioritariamente de carácter pontual e complementar aos apoios institucionais Menos frequente o apoio emocional		RSI (apenas para 1 que aguarda a idade legal de reforma); Habitação social; Pensão de invalidez; pensão de velhice; centro de dia; apoios à saúde da SCML (óculos, medicação, fraldas, consultas, próteses dentárias, cartão de saúde); géneros alimentares; alimentação	Biscates
	12	9	2	12	1

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA'CET, 2011

3. AS FAMÍLIAS PROVIDÊNCIA: POR INEVITABILIDADE E/OU POR AMOR?

Apoio da família sim, mas a que custo?

O apoio das famílias alargadas é uma constante em quase todos os estudos sobre a pobreza e também neste. Com alguma excepção no perfil dos «Desafiliados», são múltiplos os apoios fornecidos pelos familiares mais próximos: apoio financeiro, apoio em géneros, apoio aos filhos menores, acomodação em sua casa, etc.

Apesar de tudo, este é um tema controverso na sociedade portuguesa devido ao potencial interesse político em usar estas solidariedades para substituir alguns apoios das políticas sociais. No entanto, não existem estudos suficientes para entender profundamente a força, o esforço e a lógica afectiva e ética destas solidariedades. Algumas pesquisas no exterior vêm demonstrando que as famílias não ajudam todos os seus membros de igual forma, mas aqueles para os quais a interpretação que é feita da situação parece merecer suporte (Lapierre e outros, 2004). Este é, apenas, um exemplo de como os laços sociais, e a confiança, são relacionalmente construídos, tornando-se necessário aprofundar o conhecimento do potencial que o capital social pode assumir para tornar as cidades melhores lugares para aqueles que nelas vivem. E, neste sentido, os resultados vão ao encontro de desafios deixados também por outras pesquisas que apontam para um aprofundamento de como o tipo de redes produzem capital social consistente e qual o contexto espacial de formação do capital social (Blokland e Savage, 2008).

O pressuposto de que a precariedade económica, e a ajuda nesses contextos, é portadora de relações familiares quentes e solidárias está em larga medida por provar. De facto, os processos de desqualificação material e social arrastam consigo auto-imagens, estigmas e situações de dependência ligadas a um sobre-esforço face às condições de vida, e muito particularmente de habitação que - como se viu - levantam vários tipos de conflitualidade e de mal-estar sobretudo quando as situações se prolongam. Seria ainda necessário aprofundar o impacto que esta ajuda tem no agravamento da situação de pobreza dos familiares que apoiam, mas também as alterações nas relações afectivas de uns e outros ao longo do tempo.

Os resultados vêm assim enfatizar a ideia de que os problemas sociais não podem ser superados apenas através do capital social, contrariando a hipótese de que o fomento das relações de ajuda num momento de retracção do Estado Social é uma das vias possíveis. Este tipo de argumentos tendem a revelar uma crença no potencial individual para mudar o seu próprio destino, não enfatizando os constrangimentos decorrentes do funcionamento do sistema, quer ao

nível do mercado de trabalho, quer no que toca à acessibilidade a equipamentos sociais e apoios pecuniários.

As controvérsias que emergiram das entrevistas realizadas a algumas entidades em torno dos apoios monetários a cuidadores informais que prestam apoio a familiares são um bom exemplo desta problemática e revelam como os fenómenos de endividamento acabam por marcar as estratégias de sobrevivência quotidiana destas famílias, quando se nota que um dos desafios que enfrentam passa por alcançar ou manter a sua independência tanto em relação às redes sociais formais como informais: só aceitam apoio se lhes for dado sem ser pedido, projectam a sua vida numa casa apenas com a família nuclear, recusam solicitar apoio junto dos serviços de assistência...

No discurso dos entrevistados, se bem que agradecendo o apoio, sente-se que este é frequentemente penalizador para a família alargada que o presta e nalgumas situações para a própria família ajudada. Perpassa nos discursos a existência de regras que protegem o dador e o receptor, nomeadamente este face a situações de humilhação e o primeiro face a situações de potencial abuso. Claro que se trata de regras implícitas muito marcadas pelas culturas de uns e outros, mas mesmo no discurso, os entrevistados mostram bem o embaraço desta situação de dependência e nalguns casos os compromissos a que obrigam (sobretudo se é a família do cônjuge que apoia e não a sua própria).

Mas procurar a independência num contexto estruturalmente dependente tende a enfraquecer o desenvolvimento e a manutenção dos laços sociais: recusar apoio pela percepção de não ter capacidade de retribuir o que foi dado, ou manifestar o sentimento de que pelos seus próprios meios se irá conseguir resolver os problemas são alguns exemplos das estratégias que podem ser penalizadoras para o capital social gerando um fechamento individual e familiar por vezes muito penoso.

Desafiliados? Redes e pessoas de referência

A proposta de Robert Castells (1998) do conceito de *desafiliados* veio colocar em cima da mesa a “dupla vulnerabilidade económica e social” que atinge as pessoas pobres. É verdade que o conceito foi importante para dar conta de como o processo de empobrecimento é bem mais do que a privação material, sendo um processo de desqualificação e de marginalização da rede tradicional de interações sociais sobretudo para os desempregados de longa duração.

No entanto, alguns já tinham questionado a universalidade deste conceito sobretudo adaptado a sociedades fortemente salariais. Se a correlação entre o desemprego e o isolamento relacional parece válido, em muitas sociedades parece ser menos adequado. Em sociedades da Europa do sul, como Portugal, Itália ou Espanha, Nicolas Roinsard escreve mesmo « C'est que le phénomène de pauvreté intégrée y constitue, selon lui, une véritable alternative à l'intégration salariale; il existe plusieurs circuits économiques et des solidarités privées destinées à la protection sociale des familles et des groupes d'inter-connaissance. » (Roinsard, 2005: 17).

A pesquisa permite dar conta que a desafiliação, ou perda de laços, ao nível do trabalho é real, não apenas de facto, mas também pela perda de rendimentos que alimentavam essa presença, no consumo no café ou nas idas a actividades em conjunto. Mas, em Portugal, as redes de solidariedade vão muito para além do trabalho, há um pressuposto da existência de redes de relações alargadas e baseadas noutros colectivos que não apenas o trabalho: a vizinhança, os amigos, os associativismos, etc. Estas multipertenças permitem aligeirar a desafiliação do contexto de trabalho.

Com as devidas precauções perante a generalização face a uma problemática que mereceria maior aprofundamento, a pesquisa mostra de facto que a omnipresença da família não permite considerar os entrevistados como excluídos das redes sociais – com algumas excepções no perfil dos *Desafiliados*. No entanto, embora estejam presentes ex-colegas de trabalho (importantes na procura de emprego), vizinhos e amigos (cruciais no acesso a informações e às instituições sociais), a presença das redes não familiares não emerge com a força que se esperaria. De facto, as trocas são casuais, não permitindo proporcionar outras oportunidades de vida, nem tão pouco suprir a privação sentida. Para além dos elementos que compõem as redes sociais viverem também em contextos de vulnerabilidade, emergem nos discursos outros factores que condicionam o potencial destas redes. Por um lado, alguns dos relatos revelam como o investimento passado nestas redes não trouxe os créditos esperados para o presente, desmobilizando-se, assim, na promoção de outras relações. Por outro lado, são vários os depoimentos que apontam para a não correlação entre proximidade física e social: não querer nada com os vizinhos e preferir a tranquilidade do lar são posicionamentos presentes em ambos os territórios, ainda que com maior incidência nas freguesias da Ameixoeira e de Marvila, que tendem a revelar um risco de *privatização* das relações sociais, com possíveis consequências ao

nível do associativismo, da participação cívica, do conhecimento sobre as necessidades dos residentes de determinada área geográfica da cidade⁷.

O desgosto do bairro e o gosto pela casa (mais presentes nos contextos de habitação social) ou o gosto do bairro e o desgosto pela casa (tão enfatizado pelos entrevistados residentes nos bairros históricos) são pois factores territorialmente significativos que não podem ser descurados na análise da génese e desenvolvimento das redes sociais.

É, neste sentido, que se torna relevante enfatizar como o capital social precisa de ser analisado como um processo espacial (Blokland e Savage, 2008). Se os territórios de residência dos entrevistados não tendem a condicionar as possibilidades de mobilidade social – nenhum entrevistado referiu situações estigmatizantes e discriminatórias no acesso a oportunidades por habitar em determinado bairro – o centramento das suas vidas nestes contextos coloca a hipótese da vizinhança ser um dos contextos mais relevantes para o desenvolvimento dos laços sociais das pessoas pobres, desde que acautelada: 1) a qualificação do espaço urbano; 2) formas de urbanismo democráticas e socialmente justas e 3) a “mixité” dos territórios, sem que os processos de gentrificação expulsem os residentes mais antigos, quebrando, assim, a hipótese de fazer vencer a ideia de que a “força dos laços fracos” possa ser uma solução para estabelecer pontes que ligam os indivíduos a outros círculos sociais para terem acesso a outras oportunidades.

4. QUANDO A CULPA É DO SISTEMA. QUAIS AS OPORTUNIDADES NECESSÁRIAS?

O discurso da pobreza está mal colocado: pobreza e desenvolvimento

Parece evidente que a pobreza e a vulnerabilidade, até pela dimensão que adquirem nas sociedades ocidentais, não podem ser reduzidas a um problema individual e que necessitam de reflexão e de acção a nível macro social. Assim, frequentemente, o discurso sobre a pobreza está mal colocado, pois situa-a como marginal às dinâmicas de desenvolvimento socioeconómico, o que tem como consequência intensificar a procura de medidas correctivas, transferindo os recursos para uma esfera externa aos “mercados” para a apelidada “esfera do social” (Baptista:2010).

⁷ Conclusões semelhantes foram obtidas num estudo – *Landscapes of Poverty* –, realizado entre 1997 e 1999, em Amsterdão e Roterdão (Blokland e Noordhoff, 2008).

A pobreza assim encarada, parece homogénea e coerente e pode ser traduzida estatisticamente quer nas variáveis quantitativas de rendimento quer nas mais qualitativas de apreciação subjectiva do problema. Mas o facto das carências de rendimentos virem associadas a outras “multidimensionais” variáveis (identidade, percursos de vida, estrutura familiar, qualificações, etc.) torna a variável rendimento sem grande potencial explicativo e dificulta o formular de estratégias diferenciadas à medida das reais problemáticas sociais. Apesar disso reconhece-se que há “endemismos” sociais que têm expressão visível na carência de rendimentos mas que têm outros sentidos e “causalidades”.

Mas “a inversão de perspectiva, da problemática da pobreza para a do desenvolvimento coloca a questão do patamar de desenvolvimento social como tradução da componente de investimento em “capital social”, ferramenta de competitividade e de sustentabilidade económica global.” (Baptista, 2010: 9).

É por isso que tem sentido falar em vulnerabilidades o que, simultaneamente, apela à lógica societal e às dinâmicas pessoais e familiares. A sociedade de risco decorre de uma sociedade de vulnerabilidades várias e, sobretudo, de grande incerteza e imponderabilidade. Raciocinar em termos de vulnerabilidade - e não apenas de exclusão social - focaliza o olhar sobre os laços sociais e o contrato social que fortalece ou fragiliza as dimensões do viver em conjunto. Nesse sentido, a pobreza, e as vulnerabilidades várias, resultam do accionamento das capacidades do sujeito num contexto de acção caracterizado por um conjunto de recursos mobilizáveis que moldam um sistema de oportunidades/constrangimentos nos quais se inserem (desigualmente visto serem dotados de distintas capacidades). Ora, essas oportunidades/constrangimentos, para além de se relacionarem com um processo de desenvolvimento societário, e com percepções que têm os colectivos nacionais para a redistribuição social, têm uma distribuição desigual no espaço e no tempo dotando pois os sujeitos de diferenciais igualdades de oportunidades para concretizarem as suas capacidades. (Pinto et al., 2010).

O interesse desta abordagem no âmbito da pobreza, reside em poder conceber o processo de genealogia das necessidades como um jogo entre um sujeito com determinadas capacidades e um sistema que se apresenta com determinadas oportunidades. As necessidades derivam, então, de processos de desajustamento, de intensidade e frequências variáveis, entre capacidades e oportunidades.

Nos perfis estudados muitas das necessidades insatisfeitas colocam-se do ponto de vista das oportunidades sociais e muito particularmente de emprego, de habitação, de mobilidade, etc.

Mas é preciso reconhecer que muitas das capacidades individuais também se encontram diminuídas por percursos de vida difíceis e sem temporalidades que permitam alimentar capacidades de projecto.

Essa percepção é muito claramente expressa pelos entrevistados quando apresentam a auto-percepção dos problemas actuais com que se confrontam identificando problemáticas relacionadas com: 1) as suas próprias identidades e necessidades: de desenvolvimento e de bem-estar, de capacidades e competências individuais; 2) com as redes de inserção familiar questionando os laços sócio-afectivos que seguram as identidades sociais; e 3) a percepção do sistema social (cf. Figura seguinte). Ao nível do sistema social estão simultaneamente as oportunidades articuladas às dinâmicas de emprego, mas também estão muito presentes as oportunidades relacionadas com o funcionamento e oferta de políticas sociais quer ao nível dos equipamentos quer ao nível da protecção social na adversidade.

Figura 2. Auto percepção dos problemas actuais



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA'CET, 2011

Entender as vulnerabilidades neste jogo entre capacidades e oportunidades significa não colocar em cima do sujeito, e da sua capacidade de acção, a “culpabilidade” da situação em que se encontra, pois o tipo de oportunidades sociais que são oferecidas pelo sistema social e pelos seus níveis de desenvolvimento podem comprometer ou potenciar a aquisição e o exercício dessas capacidades.

O futuro depende do jogo entre capacidades pessoais e oportunidades sociais e é encarado de forma activa

A historicidade dessa profunda, e complexa, interactividade entre capacidades individuais e oportunidades sociais marca decisivamente as histórias de vida dos entrevistados. Deste modo, o sistema de oportunidades e de constrangimentos que se oferecem ao longo da trajectória dos indivíduos e as capacidades de que dispõem, permitindo uma determinada inserção dos sujeitos no sistema social, condicionam a apreciação que fazem de si, do mundo e sobretudo do futuro.

Dos 61 entrevistados em quem se analisou esta informação:

- 40 consideram que o futuro depende quer de si próprios quer das oportunidades sociais e destes apenas 9 manifestam estratégias passivas sendo que a grande maioria (33) desenvolve estratégias activas de procura de soluções;
- Dos 12 entrevistados que se auto responsabilizam pela sua situação e consideram que o futuro depende de si, 11 desenvolvem estratégias activas e apenas 1 está numa situação de passividade;
- Dos que 9 entrevistados que têm uma atitude de distanciamento considerando que a sociedade é responsável da sua situação, todos desenvolvem estratégias activas.

Esta análise mostra mais uma vez a dimensão de activação que os entrevistados têm face ao futuro desenvolvendo estratégias positivas mesmo que apoiados pelas famílias ou instituições. De facto, 51 em 61 entrevistados têm uma atitude activa de procura de soluções.

Quadro 5. Apreciação da sua situação e estratégias face ao futuro segundo o perfil dos entrevistados

Tipo de estratégia/ Perfil	Auto-apreciação co-responsabilizante			Auto-apreciação responsabilizante			Auto-apreciação desresponsabilizante	
	Activa cooperante	Activa individualizante	Passiva	Activa cooperante	Activa Individualizante	Passiva	Activa cooperante	Activa Individualizante
Trabalhadores pobres	8	1	1	3			2	
Desempregados	9							2
Cuidadores informais	4	1		2			4	
Incapacitados para o trabalho por motivo de doença		1	7		2			1
Desafiliados	6	1	1	4		1		
Total	27	4	9	9	2	1	6	3

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA'CET, 2011

Nota: Estas variáveis não foram avaliadas para o perfil dos idosos

As atitudes base face ao futuro, sendo condicionadas por uma história passada, são elas próprias determinantes das expectativas, até porque as capacidades e os recursos individuais disponíveis - ou mobilizáveis - condicionam também as oportunidades e a forma de acesso aos recursos colectivos dos quais deriva, em grande parte, a possibilidade de satisfação de algumas necessidades actuais.

As dificuldades de inserção no mercado de trabalho

Apesar de apenas 1 dos 6 perfis analisados ter sido definido pela sua inserção no mercado de trabalho, mais de metade dos inquiridos tem actualmente relação com o mercado de trabalho (se considerarmos os inquiridos ou suas famílias) e esse número sobe para a quase totalidade se considerarmos os que já tiveram algum percurso laboral. Essa situação é real mesmo para as mulheres cuidadoras ou para o perfil dos desafiliados. A inserção no mercado de trabalho é realizada por via de um emprego mais ou menos formal (perfil dos trabalhadores pobres), por via dos “biscates” ou trabalho temporário de substituição de terceiros.

O mercado de trabalho sempre foi um recurso importante para as estratégias de sobrevivência nas suas múltiplas formas incluindo o trabalho formal, informal, a economia paralela, etc. Se o actual estudo da pobreza na Europa moderna (OCDE, 2010) destaca o papel das estratégias de sobrevivência no mercado de trabalho salienta ainda: 1) a exclusão gradual dos mais pobres da

maioria dos mercados a que tradicionalmente tiveram acesso (devido à crise fiscal, reorganizações urbanas, iniciativas fiscais, etc.); 2) a desregulação das condições de trabalho e de salário; 3) o aumento do trabalho na economia informal; e 4) a sensibilidade de determinados perfis a estes fenómenos: mulheres, os mais velhos, imigrantes e minorias étnicas, etc.

De facto, o trabalho e o rendimento que dele decorre é a primeira “política de inserção” e, nas entrevistas, aparece com alguma evidência que a presença de uma oportunidade de emprego é a grande aspiração motivadora e a procura de emprego ocupa uma parte substantiva da existência.

Mas a fase actual de desenvolvimento económico ligado à globalização, não significa apenas a intensificação da troca de mercadorias, das tecnologias e da comunicação. Ela traduz-se também por uma nova forma de organização do trabalho, transformando as relações de força ao nível das empresas e desequilibrando as relações entre capital e trabalho. Desde 2000, que o modelo de desenvolvimento seguido não gera trabalho suficiente, fez baixar os rendimentos reais do trabalho que aumentam menos do que o justificaria os ganhos de produtividade, tendo como consequência um crescimento das desigualdades e um empobrecimento generalizado (OIT, 2010).

A lógica de acumulação do modelo de desenvolvimento actual faz-se à custa do factor trabalho, baixando os salários e descolando-os da produtividade, precarizando e piorando as condições laborais e deteriorando o custo da mão-de-obra, obrigando as famílias ao endividamento e ao recurso ao crédito por incapacidade de poupança. Como o capitalismo precisa de mercados internos, o problema da insuficiência de salários foi sendo ultrapassado com o alongamento do tempo de trabalho, diminuição salarial e recurso ao crédito.

Como refere o relatório da OIT (2010), a economia não está a gerar suficiente emprego e a qualidade do trabalho gerado também parece insuficiente. Na Europa, em todos os países, há perdas de emprego. Entre os países onde cresce o emprego, é, frequentemente, em *part-time* (involuntário) e informal. O número de pessoas que está desempregada há mais de um ano cresceu em quase todos os países, em muitos casos significativamente.

Mas não é apenas a falta e a precariedade do trabalho que cresce, é o próprio sentido social do trabalho que se perde. Muitas pesquisas actuais debruçam-se sobre a perda de sentido do trabalho para trabalhadores em situação de vulnerabilidade, pois a penosidade de trabalho, o excesso de horas e as condições em que é exercido retiram satisfação e reduzem a tradicional identidade forjada no trabalho (Dias et al., 2007).

Ressalta ainda que para além da crise bancária, financeira, imobiliária há também uma crise social de repartição dos rendimentos. A presença de famílias endividadas (15 no universo entrevistado) é mais um sinal do empobrecimento de algumas classes médias, outrora com rendimentos suficientes e crença no futuro para pedirem financiamento a bancos, empresas de crédito pessoal, a familiares e a comerciantes. Mas o endividamento é também um sinal de inclusão social. Assim, se a dívida é uma medida de pobreza, é também um sinal de participação em comunidades sociais, porque os mais pobres são também geralmente os menos endividados.

Mas é preciso não esquecer que o endividamento na sociedade portuguesa, e nos casos estudados, é resultado de rupturas sociais graves e atinge sobretudo públicos de maior vulnerabilidade, como as mulheres atingidas pelo divórcio (no primeiro perfil de trabalhadores pobres as pessoas endividadas são 4 mulheres), desempregados e pessoas que ficaram doentes com gravidade ou que prestam cuidados a terceiros.

Por isso mesmo, a crise actual não pode ser encarada como sendo meramente conjuntural. Ela é estrutural naquilo que altera na repartição da relação entre capital e trabalho, engajando um outro modelo de crescimento e repartição dos ganhos da produtividade e agravando o fosso entre uma minoria de ricos e a proletarização empobrecida de quase todos os outros com o crescimento das desigualdades sociais. É nesse sentido, que a pobreza se torna não num estádio, mas num *processo de proletarização* de largas camadas das classes médias.

Parece ser necessário retomar todas as discussões de princípio. Haverá emprego para todos? É preciso partilhar o emprego? É momento de contrariar demasiado tecnicismo que abafa postos de trabalho? Como Olivier Mongin e Marc Olivier Padis (2009) escrevem é preciso retomar as interrogações sobre as transformações da economia de mercado iniciadas por André Gorz e Ivan Illich. Questões que aliás não são apenas económicas mas filosóficas, sobre o bem comum, a confiança, o viver em conjunto.

Quando a educação falha

O reforço do “capital humano” mostra bem a relação entre as oportunidades fornecidas pelo sistema social através de um sistema nacional de educação, e uma capacidade de activação traduzida no esforço dos cidadãos em ter acesso a uma formação ao longo da vida. Desde meados da década de 50 que a “revolução no investimento humano” foi encarada não apenas como um benefício individual, mas como um contributo para a produtividade e a evolução da economia e da sociedade. Hoje, está interiorizado por todos esse papel da educação no

desenvolvimento económico e social, mesmo as famílias que anteriormente não valorizavam a escolaridade dos filhos parecem agora insistir sobre o papel integrador da educação formal.

Ora, sendo um tipo de capital é de esperar que este investimento em capital humano traga benefícios para o país, para as empresas e para os indivíduos. Aliás são inúmeros os estudos que mostram a co-relação entre os níveis de formação e os níveis de produtividade e de bem-estar dos países⁸. Nesse sentido, tem-se considerado que as novas gerações estão substancialmente melhor qualificadas considerando que as qualificações académicas são efectivamente um indicador de preparação para enfrentar os desafios do futuro. Melhor preparadas, estas gerações têm portanto mais expectativas face ao mercado de trabalho, o que agrava os desajustamentos entre oferta e procura, característicos de uma economia em transição (lenta e assimétrica).

Mas, de facto, há que realçar como positivas, apesar das desigualdades persistentes que nos recordam a cada momento do peso estrutural das desigualdades sociais, as transformações ocorridas no plano da educação dos portugueses, que foi um dos sectores onde se registam mais diferenças entre o retrato de hoje e o de há quarenta anos atrás⁹. Acontece que neste momento de crise, é cada vez mais difícil comprovar a relação entre habilitações, acesso ao mercado de trabalho e nível salarial. A redução sucessiva dos custos do trabalho nivela por baixo as exigências de habilitações e colocam dúvidas sobre a empregabilidade mesmo dos detentores de maiores habilitações.

A este nível são três as conclusões mais significativas que a pesquisa assinala. Em primeiro lugar, o aumento significativo de qualificações dos que se apresentam agora como pobres e, portanto, uma maior frustração pela sua exclusão do mercado de trabalho e um discurso mais racionalizado e realista face ao futuro. Em segundo lugar, a clara revolta dos maiores de 50 anos que, após uma vida de trabalho nem sempre estável, sentem que as dinâmicas do mercado de trabalho os consideram “velhos para o trabalho e novos para a reforma”. Esta situação é tão mais penalizadora quanto a vida activa foi para muitos de orgulho pessoal e de investimento identitário.

⁸ A medida do efeito da educação sobre a produtividade é problemática pois não pode ser analisada directamente. É frequente utilizar como indicador as diferenças de rendimentos e de produtividade de pessoas com habilitações diferentes. Os estudos em Portugal mostram bem como as habilitações mais elevadas permitem melhores salários (Dornelas, 2010).

⁹ Há uma evolução que demonstra que a taxa real de escolarização tem subido em todos os níveis de ensino: o ensino primário desde o início dos anos 80 que já é praticamente universal, fazendo do analfabetismo um fenómeno crescentemente residual e circunscrito às faixas etárias mais idosas; o ensino básico (2º e 3º ciclo), apesar de obrigatório, ainda deixava de fora, em 2008, 12% e 13,5% dos jovens com idade para frequentar estes ciclos respectivamente; o ensino secundário era em 2008 frequentado por 60% dos jovens entre os 15 e os 17 anos (Pappámikail et al., 2010).

Finalmente, apesar das dificuldades de inserção no mercado de trabalho que inclui alguns dos mais qualificados, parece assistir-se nos entrevistados a uma viragem na percepção da importância das qualificações para aceder a um emprego. Muitos lamentam oportunidades perdidas de qualificação e muitos outros aspiram ainda melhorar as habilitações para aumentar as oportunidades. Considera-se que ser qualificado é sempre uma vantagem no mercado de trabalho, como atestam aliás os valores do desemprego por níveis de qualificação.

Para sair deste impasse era necessário aprofundar com maior detalhe as categorias sociais e os territórios de exclusão. Mas isso é cada vez mais difícil, as categorias sociais tradicionais perderam sentido, a lisibilidade social complicou-se, fragmentou-se. Os dados estatísticos são cada vez de menos utilidade pois a natureza das desigualdades mudou e há uma reorganização dos modos de diferenciação e hierarquização social. O conhecimento tradicional sobre a classificação partia do pressuposto de uma sociedade estável. Hoje, os níveis de educação e os tipos de consumo, por exemplo, já não caracterizam um grupo e podem dar uma informação volátil, passageira e as variáveis tipológicas e biográficas tomaram grande importância no conhecimento da sociedade e da sua evolução (Wacquant: 1999).

As políticas sociais insuficientes

É hoje aceite que, para lutar contra a pobreza, os governos devem estruturar uma dupla dimensão de intervenção. Por um lado, melhorar as condições de acesso e inserção no mercado de trabalho e as medidas de suporte aos rendimentos de forma a tornar a remuneração do trabalho justa e equitativa, face aos jovens, mulheres etc. Por outro lado, os governos devem desenvolver políticas sociais oferecendo apoios e serviços públicos de base universal para neutralizar, na medida do possível, as vulnerabilidades sociais e os acidentes nos percursos individuais e familiares.

O “trabalho para todos” é a primeira “política social”, mas há muito que os países europeus assumiram o compromisso com os cidadãos com base num modelo de Estado Providência que os protegia dos principais riscos. Apesar da sua diversidade na forma de organização da relação entre Estado, Mercado e Sociedade Civil, a Europa demarcava-se dos EUA pelo célebre “modelo social europeu” que visava a protecção dos cidadãos na adversidade através de um processo de redistribuição social regulado pelo Estado.

Até ao princípio do século XXI, o governo moderno agia baseado num contrato social entre os cidadãos e o Estado onde os direitos e os deveres eram acordados por todos para promover

interesses comuns. Os cidadãos contratualizavam esses acordos através dos impostos e os governos ganhavam legitimidade protegendo os direitos dos povos, através de políticas para o bem de todos.

Os pilares das políticas sociais eram instituídos com base em instrumentos utilizado pelos governos para regular e complementar as instituições do mercado e das estruturas sociais: educação, saúde, emprego, segurança social, etc. Era por via das políticas sociais que os processos de redistribuição e justiça social eram garantidos. Os governos assumiam que os investimentos sociais eram essenciais para modernizar e desenvolver o país, mas também para alcançar coesão social e a estabilidade política, indispensável ao crescimento económico e, nesse sentido, competitividade e coesão eram concebidos como faces da mesma moeda.

No entanto, esta visão idílica é bem mais complexa, evolutiva no tempo e sujeita a fortes pressões e opções sociopolíticas. As políticas sociais pareciam ser necessárias porque os benefícios do crescimento económico não chegavam a todos automaticamente e desde os anos 80 que a Europa reforçou as medidas de combate à pobreza e exclusão social.

Considere-se, no entanto, que as políticas de combate à pobreza são múltiplas e interpenetradas, e vão desde as políticas de criação de emprego até às políticas de saúde, de habitação ou educação, terminando nas políticas específicas de apoio aos que se encontram com fortes carências materiais, tal como o Rendimento Social de Inserção e outros apoios sociais complementares.

É longa a história da evolução das políticas sociais e, sobretudo, a forma como se estabilizaram em Portugal e como foram atingidas pelo actual momento histórico. De facto, mesmo antes de termos um sistema de protecção social estruturado, a crise que se prolonga desde os anos 70 vem minando a estrutura desse modelo. As histórias de vida narradas são exemplares para mostrar as insuficiências das políticas sociais nacionais, não apenas no que se refere à protecção face ao desemprego, mas muito particularmente nas questões do acesso à habitação, à saúde sobretudo em situações de doença ou deficiência prolongada continuando pela “expulsão” escolar¹⁰.

¹⁰ O fraquejar das políticas sociais pode ter efeitos gravosos, não apenas no aumento da pobreza e exclusão social, mas também na insegurança social com o aumento da criminalidade, pois estudos recentes têm vindo a demonstrar a co-relação entre o enfraquecimento do estado providência tradicional e o endurecimento de medidas penais. Para Loïc Wacquant, não se trata de mera correlação existindo mesmo uma relação de causalidade onde o endurecimento penal se substitui às políticas sociais (Wacquant, 1999).

Nesse sentido, as políticas sociais deveriam ser equacionadas com a mesma importância das políticas económicas e a atenção ao impacto da crise actual sobre a pobreza deveria ser reforçada. A exclusão social não é hoje uma situação minoritária.

Na Europa, a pobreza atinge cerca de 1/3 da população¹¹ e constitui uma realidade dramática e dolorosa para milhares de pessoas.

Quadro 6. Dimensões positivas e críticas das Políticas Sociais segundo os entrevistados

	Aspectos positivos	Aspectos críticos
QUANTIDADE		
Saúde	- Apoios à saúde por parte da SCML	- Insuficiência da cobertura face às necessidades (medicação, ajudas técnicas...) - Insuficiência de cuidados de saúde (falta de médico de família)
Prestações sociais	- Cobertura mesmo que insuficiente face à sobrevivência - Complemento dos apoios sociais com outros apoios atribuídos por entidades locais	- Insuficiência do valor dos apoios - Mudança indevida de escalão do abono de família - Redução da prestação do RSI - Valor das pensões de velhice baixas face a carreira contributiva
Habituação	- Apoio ao pagamento de rendas pela SCML - Habituação social	- Carácter temporário do apoio ao pagamento de renda, SCML - Parque habitacional público não responde às necessidades
Rede de equipamentos		- Cobertura insuficiente para institucionalização de idosos e pessoas portadoras de deficiência - Cobertura insuficiente de creches
QUALIDADE		
Acompanhamento social	- Rotatividade dos técnicos - Disponibilidade e empatia dos técnicos - Apoio emocional	- Incompetência/inércia das técnicas - Incompreensão dos técnicos face às realidades dos beneficiários - Reduzido poder de negociação no âmbito das acções desenvolvidas - Escassez de recursos/resposta adequados às necessidades - Acompanhamento standardizado - Demasiada exposição invasão da privacidade

¹¹ Esta percentagem tende a aumentar com a crise social actual e considera a pobreza estimada pelos critérios tradicionais europeus antes da redistribuição permitida pelas políticas sociais. Trata-se de estimativas comparativas entre países para estabelecer limiares de pobreza, o que significa que as famílias que vivem um pouco acima destes limiares formais de pobreza são bem superiores a este número.

Habitação	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização de materiais de construção pela Junta de Freguesia - Cedência de habitação pela Junta de Freguesia 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca manutenção dos imóveis de habitação social pela CM - Dimensão desadequada da habitação face à composição do agregado - Falta de privacidade dos albergues
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento no CAT - Apoio médico no albergue - Cuidados de saúde prestados pelo centro de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> - Demora na atribuição dos apoios solicitados - Insuficiência de apoio técnico e psicológico a familiares de doentes e a cuidadoras informais
Rede de equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> - Apoios disponibilizados pelo centro de dia (alimentação e convívio...) 	<ul style="list-style-type: none"> - Respostas sociais para institucionalização muito padronizadas - Creches e estabelecimentos de ensino sem horários compatíveis com o período laboral
ACESSIBILIDADE		
Prestações sociais e outros apoios		<ul style="list-style-type: none"> - Acesso dificultado pela exigência de exposição pessoal - Discricionariedade na atribuição dos apoios sociais - Rigidez das regras de acesso e manutenção dos apoios sociais - Burocratização dos processos de recurso a apoios sociais - Atribuição do estatuto de beneficiário do abono de família a um membro do agregado familiar e não directamente aos pais - Dificuldade de acesso ao Banco Alimentar - Dificuldade de acesso a prestação social para filho de pai desconhecido
Alimentação		<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de acesso a apoio alimentar e discricionariedade dos apoios dados
Educação/ Formação profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Maior facilidade no acréscimo de qualificações - Acesso à formação profissional - Oportunidade de melhorar as qualificações por via das Novas oportunidades 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de diversificação do leque de formações disponíveis gratuitas - Desadequação da oferta de formação disponível ao perfil dos candidatos - Formação profissional desadequada as condições de saúde - Falta de oportunidades de trabalho adequadas às novas competências adquiridas
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso à habitação pelo projecto Casas Primeiro 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de acesso a habitação social - Falta de apoio ao arrendamento no mercado privado - Acesso restrito/discriminatório no acesso à habitação social
Saúde		<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de transportes para deslocações a consultas e tratamentos

Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA'CET, 2011.

Uma cidade amigável: Habitação e Saúde políticas estruturantes do bem-estar

Uma cidade amigável seria aquela que permitiria a todos a capacidade de acesso a uma habitação condigna e aos serviços públicos mais essenciais tais como saúde, educação, recreio, etc.

O alojamento é uma das mais importantes despesas das famílias e quando a limitação de rendimentos emerge, a família alargada recebe os seus membros. Aspecto essencial da pobreza, o alojamento revela as dimensões objectivas e as percepções subjectivas¹². De facto, quer por via do endividamento quer pelo seu custo, ou por via das condições da habitação, o abrigo recolhe uma parte significativa das preocupações dos entrevistados e não são poucos os que fomentam uma estratégia de poupança ou de evitamento de situações mais penosas em termos de vulnerabilidade habitacional recolhendo a casa de familiares (14 dos entrevistados encontraram na coabitação a estratégia residencial possível).

Na pesquisa, o acesso à habitação adquire um papel central quer na sobrecarga das estratégias de sobrevivência traduzidas na procura de uma habitação condigna, quer no esforço de manutenção da habitação actual ou ainda no mal-estar face à situação em que se vive. Os que tiveram de se acomodar em casa dos familiares, ou os que estão nos bairros sociais ou moram nas zonas históricas em arrendamentos mais baixos, todos estão numa situação de insatisfação face à sua situação habitacional considerando que ocupam espaços estigmatizados (por razões diferentes) e que o “direito à cidade” não lhes é garantido, o que provoca custos materiais, psicossociais e simbólicos ao nível do bem-estar das suas famílias.

O alojamento emerge claramente como um indicador de profundas desigualdades no seio das populações mais pobres como carga financeira e/ou como ausência de conforto nas condições de vida com consequências na saúde dos familiares. O acesso à habitação acorrenta uns a bairros sociais de que não se gosta e que se consideram ser prejudiciais à sua estratégia e imagem pública e afasta outros do centro da cidade para habitações cada vez mais precárias mas menos onerosas.

Muitos estudos mostram a relação entre os rendimentos das famílias e certas características do ambiente residencial, enfatizando os “efeitos bairro” nos comportamentos e características das famílias sobretudo dos mais jovens. Nesse sentido, a habitação e a sua localização é uma das

¹² Estudos recentes em Portugal (INE, Inquérito às Despesas das Famílias, 2011) confirmam que, do total da despesa das famílias, 57% diz respeito a custos com habitação (29,2%), transportes (14,5%) e produtos alimentares (13,3%), "sendo que o peso deste conjunto de despesas não variou muito relativamente aos outros anos".

variáveis mais presentes nos discursos dos entrevistados como necessidade não resolvida e que reforça a situação de pobreza.

Uma verdadeira política social tem de considerar o acesso ao alojamento, em custo mas também em qualidade, sabendo que este é o bem mais caro mas mais essencial para uma vida digna. Trata-se não apenas de aliviar a carga financeira que o alojamento significa para os de menores rendimentos mas também reduzir as desigualdades espaciais baseadas na hierarquia social. Uma tal política deveria considerar as diferentes situações que emergem neste estudo – arrendatários sociais e de habitações privadas, proprietários endividados, etc., que mostram que estamos perante públicos diferentes com necessidades diferentes face à Habitação.

Também o apoio de saúde é um dos mais sentidos como insuficiente. De facto, a análise dos dados de saúde dos grupos populacionais mais vulneráveis e pobres revela, invariavelmente, valores superiores à média nas taxas de doença, mortalidade, deficiências de origens várias, etc. Todas as evidências apontam assim para que os mais pobres, independentemente do país em que vivem, possuam pior saúde e morram precocemente. Mas, e sobretudo, as condições de saúde são, para estas pessoas, ainda mais centrais na medida em que habitualmente todos os seus rendimentos estão dependentes da sua capacidade para trabalhar.

A pesquisa comprova, mais uma vez, a importância da saúde quer da população em idade activa quer de algum dos seus familiares, pois em caso de doença toda a economia familiar entra numa espiral descendente em que a baixos ou nulos rendimentos se seguem altos custos em cuidados de saúde e sistemas de protecção dos membros doentes. Quando uma família de rendimentos medianos ou baixos, sofre de problemas permanentes de saúde de um dos seus membros, seja saúde física ou mental, esta é desde logo uma situação de risco e de vulnerabilidade à pobreza.

A falta - ou insuficiência - de cobertura dos riscos de saúde (sobretudo para situações permanentes ou crónicas) é demasiado evidente nas entrevistas só sendo aliviada pelo significativo trabalho da Santa Casa da Misericórdia no apoio aos idosos, nas ajudas técnicas, próteses, participações nos medicamentos, etc. Este apoio, muito reconhecido pelos entrevistados parece estar, no entanto desactualizado face às novas situações de precariedade de saúde de adultos activos para quem os recursos são menos numerosos e a assistência é menos valorizada do que o tradicional apoio aos idosos para o qual uma percentagem significativa dos recursos está orientada.

Assim, o investimento em políticas de Saúde é cada vez mais referido como um importante meio de desenvolvimento económico e um pré-requisito para países desenvolvidos - e particularmente para os pobres desses países - quebrarem definitivamente o ciclo da pobreza. Assim sendo, para além do seu valor intrínseco a nível individual, a Saúde é central para o desenvolvimento humano global e para a redução da pobreza.

O campo controverso das políticas sociais e as auto-justificações do mérito

A polémica sobre o impacto dos benefícios sociais é transversal à sociedade portuguesa, incluindo aos seus beneficiários mais directos. Muito se tem dito e escrito sobre o impacto das medidas de protecção social e particularmente o RSI/RMG (cf. Farinha Rodrigues, 2007 entre outros) e sobre a paradoxalidade destas medidas e do que implicam como motivação para a inserção no mercado de trabalho, como combate à pobreza e/ou como impacto no esboçar de projectos positivos de vida.

No debate sobre a relação entre pobreza e emprego, as medidas de apoio social são frequentemente convocadas de maneira contraditória. Por um lado, são acusadas de impedir o livre ajustamento da oferta e a procura de emprego, por conseguinte de criar desemprego, e de gerar situações de dependência retirando do mercado de trabalho um número significativo de pessoas incluindo de jovens. Por outro lado, no contexto europeu estas medidas inserem-se em políticas de redução da pobreza, alimentando um ideário de um “modelo social europeu” mais coeso do que noutras sociedades.

No caso português, as medidas de protecção social mais evidentes, nomeadamente o Rendimento Social de Inserção, têm estado envolvidas, desde o seu lançamento, em polémicas de origem política e social. Inversamente, outras medidas de protecção social como os abonos de família, o apoio escolar (SASE), o apoio em habitação social, entre outras, não parecem alimentar tanto essa polémica e emergem como razoavelmente consensuais.

O Rendimento Social de Inserção tem sido um dispositivo útil para reduzir a pobreza extrema e garantir maior protecção face a grupos de grande vulnerabilidade (Farinha Rodrigues, 2007). Mas, apesar de muitos ajustes ao longo do tempo, com justificações diferenciadas, não evitou completamente a armadilha estigmatizante das políticas sociais e uma reduzida eficácia na integração no “mundo do trabalho”: quase metade dos entrevistados (31 em 74) recebe o Rendimento Social de Inserção.

A visão do RSI pelos entrevistados depende dos vários perfis e histórias de relação com as políticas sociais, mas de forma global a medida é encarada por ser:

- Uma medida de carácter instrumental destinada a ultrapassar uma fase particularmente negativa associada à exclusão do mercado de trabalho. Trata-se de um rendimento provisório, sobretudo, encarado pelos trabalhadores pobres e desempregados;
- Capaz de apoiar a sobrevivência traduzindo-se num elo de ligação duradouro com as instituições de protecção social, devido a uma combinação de factores de onde se destaca a inclusão precária no mercado de trabalho que se traduz em baixos rendimentos do trabalho ou os problemas de saúde (maior peso do RSI entre incapacitados para o trabalho por motivos de saúde e desafiados, onde a doença mental está muito presente);
- Uma oportunidade para ingressar em percursos de qualificação escolar e profissional não só devido aos programas de inserção, mas por uma vontade pessoal e uma crença de que esta qualificação trará frutos ao nível da integração profissional.

Alguns entrevistados (sobretudo desempregados) afastam a possibilidade de aceder ao RSI, querendo distanciar-se de uma medida que gera uma desvalorização identitária e um estigma público, apostando na inserção profissional onde os ganhos financeiros esperados seriam mais significativos.

Na pesquisa realizada, há alguma diversidade na auto-justificação dos apoios sociais que se recebem e na imagem que advém do facto de os receberem, mas há uma grande unanimidade na apreciação negativa “dos outros” beneficiários. Dito de outra forma, enquanto se justificam como merecedores das medidas de apoio social recebidos, a quase totalidade considera que os outros que as recebem o fazem quase sempre de forma irregular. Este confronto entre a auto-imagem e a imagem do outro é de tal forma vincado e unânime que só pode ser explicado pela difusão de um “discurso politicamente correcto” de crítica a quem recebe os referidos apoios sociais, o que do ponto de vista discursivo constitui, de alguma forma, uma estratégia de demarcação dos entrevistados face a esses outros não merecedores, mas também uma estratégia de defesa identitária face a uma categoria negativa – ser beneficiário do RSI – que exige a mobilização de um conjunto de recursos simbólicos para reduzir a tensão entre as categorizações dos outros e a forma como se percebem a si próprios¹³.

¹³ Fernando Diogo (2005) explora a diversidade de estratégias que os beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido mobilizam para resistir à adesão a uma identidade negativa. Diversas modalidades caracterizam negativamente o beneficiário ideal, desde o texto da lei que relaciona a inserção social com a autonomia por via do rendimento, até à imagem pública negativa massivamente difundida.

A argumentação é diversa em função do percurso de vida, e das perspectivas de futuro mas assenta especialmente em dois pilares: a relação com as hipóteses de inserção no mercado de trabalho (anteriores, actuais e futuras) e a relação com o consumo (considerado como responsável e frugal). A apreciação dos outros é exactamente a inversa: atribuindo-lhes culpa pela não pertença ao mundo do trabalho e por terem um consumo irresponsável a que se acrescenta o desmerecimento por enganarem o Estado ao nível dos reais rendimentos.

Figura 3. Auto-imagem e imagem dos outros quando recebem apoios sociais



Fonte: Entrevistas a pessoas em situação de pobreza, Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, DINÂMIA^CET, 2011

As contradições entre as intenções e as práticas: um acompanhamento social apressado e uma insuficiência e desadequação dos recursos

Francisco Branco (2009) considera que os contratos de inserção do RSI introduziram uma reorganização do campo da Acção Social no nosso país, deslocando o centro de gravidade da acção da ajuda financeira assistencial para as “tarefas de desenvolvimento” assentes na procura de novas formas de articulação entre o económico e o social. Considera-se que há uma reelaboração do viver em conjunto que se traduz quer no acompanhamento social quer, de forma prática, na redistribuição dos recursos e que este é um novo contexto na relação contratual subjacente aos apoios sociais na modernidade tardia.

A forma de evitar que estes contratos apareçam como unidireccionais, autoritários ou assistenciais, assenta na capacidade de gerir os constrangimentos de recursos de forma criativa e adequá-los a cada situação difícil de forma progressiva e inter-relacional. O processo de acompanhamento social não reside no consolar do utente facilitando a sua adaptação à inevitabilidade de uma situação (Giuliani, 2005). Pelo contrário, está previsto que essa transacção accione algo que direcione para a acção, renovando o compromisso dos actores consigo próprios, com as suas redes sociais e com a sociedade. Isto só é possível se estes reagirem como parte integrante nesse processo do viver em conjunto, dotando-o de significado suficiente para merecer novos reinvestimentos.

Na pesquisa, uma relação não muito racionalizada face ao lugar dos direitos – e deveres – e face aos mecanismos de protecção social tem muitas consequências na apreciação quer da adequação dos apoios às suas necessidades; quer dos critérios de acesso e atribuição a si e aos outros beneficiários, quer ainda face ao acompanhamento feito pelos técnicos. A posição maioritária é assaz crítica face à forma como se tem acesso ao apoio social e aos modos de procedimento, nomeadamente denunciando a sua insuficiência e a demora na atribuição, o que arrasta consigo, muitas vezes, a ideia de discricionariedade na sua atribuição, imputada à falta de sorte ou à incompreensão dos técnicos sobre a sua realidade.

Mas se há alguns entrevistados que valorizam de forma significativa o apoio obtido na sua construção identitária e enfatizam a dimensão de suporte existencial que foi (ou ainda é) esse apoio, outros criticam a relação técnica como intrusiva, desrespeitadora e estigmatizante. O principal hiato detectado é o desajustamento entre as expectativas e os recursos disponíveis mas também são referidos o desinteresse pelas situações individuais, a distância afectiva, cultural e simbólica que separa os quadros técnicos prestadores do “serviço de ajuda” e as pessoas com necessidade, o elevado número de pessoas a atender, que torna difícil aprofundar as situações e

trajectórias de vida e a necessidade de ganhar confiança sem a qual é impossível a emergência de um projecto de vida.

Mas e sobretudo, estando numa sociedade de incerteza e de risco permanentes, a questão parece ser menos a de encontrar a melhor solução do que a de saber que dinâmica relacional produzirá em tal contexto quando os dados da situação mudam constantemente, quando os acontecimentos se alteram a cada instante e se trata menos de accionar decisões pontuais e mais de desencadear um processo de controlo progressivo de uma situação problemática e saber reagir ao imprevisível aproveitando as oportunidades.

Nesse sentido, reforça-se a necessidade de laços relacionais fortes entre técnicos e utentes que permitam encontrar soluções para os problemas, negociar compromissos sem dispor de todo o conhecimento e sem conseguir prever as consequências das decisões. Ora essa dimensão relacional do acompanhamento social parece estar pouco presente e tem como efeito indesejado a perda de confiança total ou parcial nas instituições, podendo gerar a quebra dos laços sociais formais, como algumas das histórias de vida o evidenciam.

Fica-se com a ideia de que os entrevistados encaram as políticas sociais como algo de difuso, cujo poder de decisão está na mão de mediadores discricionários, cujas regras de decisão não são por eles controladas e, nesse sentido, tudo se passa numa situação de ter “sorte ou azar” no momento de aproximação aos serviços.

Curiosamente, esta relação difusa é referenciada sobretudo face aos técnicos – supostos mediadores do Estado - e menos face às regras das instituições que se considera não terem obrigações e “ajudarem quem precisa”. Muito haveria assim a aprofundar sobre a imagem que se tem do Estado Social e dos seus servidores, bem como das dinâmicas de protecção social da sociedade civil por via das IPSS's.

Em síntese, a pesquisa dá um olhar sobre a pobreza num contexto de alargamento da sua base social de pertença na sociedade portuguesa e, nesse sentido não só as situações se diversificam e exigem outros recursos mais adequados aos novos perfis de vulnerabilidade, como a racionalidade com que se apresentam os protagonistas mais recentes abrem outras pistas de participação e de compromisso face às novas políticas sociais.

BIBLIOGRAFIA

ADÃO e SILVA, Pedro (1998) “O Rendimento Mínimo Garantido e a Nova Questão Social, *Sociedade e Trabalho*, nº 3, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

ALDEGHI, Isa, OLM, Christine (2003), Les méthodes pour connaître les allocataires du RMI: données d'enquête et fichiers administratifs, CRÉDOC.

ASTIER, I. (2007) Les nouvelles règles du social, Paris: PUF.

ASTIER, I., e Duvoux, N. (2006). L'institution de la dignité dans la société contemporaine: réflexions à partir du cas français. In I. Astier e N. Duvoux (Eds.), *La Société Biographique: Une injonction à Vivre Dignement*. Paris: L'Harmattan. (pp. 15-31).

BATISTA, António, 2010, “Do discurso da pobreza ao investimento no “Capital social”, *Cidade Solidária*, Revista da Santa casa da Misericórdia de Lisboa, 2010.

BLOKLAND, Talja e SAVAGE, Mike (2008) “Social capital and networked urbanism”, in Blokland e Savage (eds) *Networked urbanism. Social capital in the city*, Hampshire, Ashgate, pp. 1-20.

BLOKLAND, Talja e NOORDHOFF (2008) “The weakness of weak ties: social capital to get ahead among the urban poor in Rotterdam and Amsterdam”, in Blokland e Savage (eds) *Networked urbanism. Social capital in the city*, Hampshire, Ashgate, pp. 105-125.

BOSSE, Y.L. (2003) "De l'«habilitation» au «pouvoir d'agir»: vers une appréhension plus circonscrite de la notion d'empowerment", *Nouvelle Pratique Sociale*, 16, 30-51.

BRANCO, Francisco (2009), “Acção Social, Individualização e Cidadania. A construção do acompanhamento social no contexto do Estado Social activo”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, nº17, pp. 81-91.

BRETAGNE, Valérie (2002) “Vulnerabilité sociale et stratégie d'acteur” in SOULET, Marc-Henry ; CHATEL, Vivianne (eds) *Faire face et s'en sortir, Développement des compétences et action collective*, volume 2, Fribourg, Éditions Universitaires.

CAMILLERI, C. et al. (1990) *Stratégies identitaires*, PUF, Paris.

CAMPENHOUDT, Luc Van et al (2005), *La méthode d'analyse en groupe – applications aux phénomènes sociaux*, Paris, Ed. Dunod.

CAPUCHA, Luís Manuel Antunes (1998) “Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades” in VIEGAS, José Manuel Leite e COSTA, António Firmino (orgs.) *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta.

CARMO, Renato (org.) (2010) *Desigualdades social 2010. Estudos e indicadores*, Lisboa, Mundos Sociais.

CASTEL, Robert et al. (1991) “De l'indigence à l'exclusion: la désaffiliation” in DONZELOT, J. (ed.) *Face à l'exclusion. Le modèle français*, Paris, Esprit.

CASTEL, Robert (1998) *As metamorfoses da questão social*, Petrópolis, Vozes.

CASTEL, Robert (2009) *La montée des incertitudes. Travail, protections, statut de l'individu*, Seuil, Paris.

CASTRO, Alexandra; GUERRA, Isabel; BRANCO, Francisco; VILAS-BOAS, Carolina; SILVA, Elsa; AMARO, Inês; COSTA, Sónia (2008), *Acolhimento Social e Construção da Autonomia dos Clientes na Santa Casa da Misericórdia*, CET, Relatório de Pesquisa.

CASTRO, Alexandra; GUERRA, Isabel; SANTOS, Marta, BRANCO, Francisco; AMARO, Inês (2010) *Os Caminhos da pobreza. Perfis e políticas sociais na cidade de Lisboa*, SCML, Lisboa.

CASTRO, Alexandra; GUERRA, Isabel; SANTOS, Marta, BRANCO, Francisco; AMARO, Inês (2010a) *Mapa das Vulnerabilidades na Cidade de Lisboa*, CET, Relatório de Pesquisa.

CLAVEL, Gilbert (1998) *A Sociedade da exclusão – Compreendê-la para dela sair*, Porto, Porto Editora.

DIAS, João (coord.), CERDEIRA, Maria da Conceição e KÓVACS, Ilona (2007), *Cadernos de emprego e relações de trabalho, n.º 06, Salários e condições de trabalho em Portugal*.

DIOGO, Fernando (2005) “N’être pas comme les autres: résistance à l’imposition identitaire dans un contexte difficile”, Communication au *Colloque International Diffraction normative, comportements cachés et identités transverses*, Sesimbra, 3-5 Novembre 2005, AISLF.

DIOGO, Fernando (2007) *Pobreza, Trabalho, Identidade*, Lisboa, Celta Editora.

DONZELOT, Jacques (1996) "L'avenir du social". *Esprit*, pp.219-230.

DORNELAS, António (coord.) (2010) *Emprego, contratação colectiva de trabalho e protecção da mobilidade profissional em Portugal*, Lisboa, MTSS.

DUBET, François e Antoine VÉRÉTOU (2003) “Reducing” Actor’s Rationality: Why Go Off the RMI Welfare Program?, *Révue Française de Sociologie*, vol 44, 79-108.

DUBET, François (2009) *Le travail des sociétés*, Seuil, Paris.

DUBET, François (2010) *Les places et les chances*, Editions Seuil, Paris.

DUVOUX, Nicolas (2007), *Liens sociaux et rapports de minima sociaux avec les institutions: réflexions sur une corrélation*, disponível em:

<http://www.uclouvain.be/cps/ucl/doc/demo/documents/Duvoux.pdf>, acedido em 11.05.10.

DUVOUX, Nicolas (2008), *L’Autonomie, Fiction Necessaire de l’insertion?*, disponível em http://www.CIP-IDF.org/Article.PHP3?ID_Article=4026, acedido em 20.12.09.

ECKERT, Denis (1996), *Évaluation et prospective des territoires*, Paris, Reclus – La Documentation Française, 255 p.

ESTIVILL, Jordi (2008) “Vulnerabilidades, una nueva conceptualización?” *Revista Servicios Sociales y Política Social*, nº 81, Vijas e Nuevas Pobrezas.

FARINHA RODRIGUES, Carlos (2007), *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza. Portugal nos Anos 90*, Coleção Económicas, Série II, nº 5, Coimbra, Almedina.

FITOUSSI, Jean-Paul E ROSANVALLON, Pierre (1997) *A era das desigualdades*, CELTA.

FOUCART, Jean (2009) *Fluidité Sociale et Précarité Transactionnelle: Souffrance et Accompagnement*, Ciclo Conferências, Mestrado de Serviço Social 2008/09, pp. 12-27 http://www.cesss-ucp.com.pt/Public/Actas/files/Actas%20Ciclo%20Conf_MSS.pdf

FRANSSEN Abraham, (2003) «Le sujet au coeur de la question sociale», *La Revue Nouvelle, Bruxelles*, décembre 2003, pp. 10 – 61.

GAULEJAC e TABOADA LÉONETTI (1994), *La lutte des places*, Paris, Desclée de Bower.

GRUPO DE ECOLOGIA SOCIAL (2000) *Habitat e minorias: O lugar do habitat num quadro de interação entre grupos étnicos minoritários e a sociedade de acolhimento ou o grupo maioritário. Apresentação dos resultados da pesquisa empírica*, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

GUERRA, Isabel (1993) "Modos de vida - Novos percursos e novos conceitos", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº13.

GUERRA, Isabel e CHITAS, Herondina (1998) *Programa de inserção: reflexões metodológicas*, Lisboa, Comissão Nacional do Rendimento Mínimo.

GUERRA, Isabel (1999) "A nova Acção Social: certezas e perplexidades" in *A Acção Social em debate*, Lisboa, MTS/DGAS/CRSS.

GUERRA, Isabel; ANTUNES, M. José Lobo, Castro, Alexandra; FARINHA, Carlos; COSTA, Sónia e outros (2009), *Vulnerabilidades e Potencialidades da Coesão Social nos Açores: Análise de 10 anos de Percursos de Inclusão Social (RMG/RSI)*, CET, Relatório de Pesquisa.

GUERRA, Isabel (2011), Prefácio in SILVA, Pedro Gabriel, SACRAMENTO, Octávio, PORTELA, José (coord.), *Etnografia e intervenção social: por uma praxis reflexiva*, Lisboa, Edições Colibri.

GUILIANI, F. (2006) «La procédure de l'entretien individualisé dans le travail d'accompagnement: quand les usagers et intervenants sociaux ont á organiser l'expérience de situations sans qualité » In I. Astier e N. Duvoux (Eds.), *La Société Biographique: Une injonction á Vivre Dignement*, Paris, L'Harmattan, pp. 195-212.

INE, *Censos 2011, Resultados Provisórios*; Instituto Nacional de Estatística, I.P., Lisboa.

INE (2010), *Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal*, Lisboa, INE, 200 p.

JENKINS, Stephen P., MICKLEWRIGHT, Jonh (2007), *New Directions in the analysis of inequality and poverty*, Institute for Social and Economic Research, Working Paper, 2007-11.

LAPIERRE, Nicole et al. (2004) «Le RMI et les solidarités familiales», *Cahiers de recherche de la MiRe*, 17, pp. 62-67.

MACLOUF, Pierre (1992) “L’insertion, un nouveau concept opératoire des politiques sociales?” in Castel, Robert *Le revenu minimum d’insertion: une dette sociale*, Paris, Ed. L’Harmattan.

MATISSE (2001) *Les regimes locaux d’insertion – principes de justice et transitions sur le marche du travail des bénéficiaires du RMI*, MATISSE, Université Paris I, 2001.

MESSU, Michel (2000) “Les dispositifs de l’assistance sociale comme espace de négociation d’identités sociales » in SOULET, Marc-Henry ; CHATEL, Vivianne (eds) *Faire face et s’en sortir, Développement des compétences et action collective*, volume 2, Fribourg, Éditions Universitaires.

MONGIN, Olivier, PADIS, Marc Olivier (2009) *L’introduction : une crise qui n’est pas économique, Esprit*, disponível em :

<http://www.esprit.presse.fr/archive/review/article.php?code=15481&folder=1>

NINACS, 2003, NINACS, W. (2003), *L’empowerment et l’intervention sociale*, disponível em http://www.sepsac.org/uploads/media/Empowerment_et_intervention_sociale_-_ninacs.pdf

NAUZE-FICHET, Emmanuelle (2008), «Regards des bénéficiaires de minima sociaux sur le travail, le chômage et les allocations» in Michèle Lelièvre e Emmanuele Nauze-Fichet (org) *RMI, l’état des lieux 1988-2008*, Paris, La Découverte, pp.271-281

NIOCHE, J.-P. (1990) « L’évaluation des politiques publiques : une définition » in HORBER-PAPAZIAN, K. (dir.) *Évaluation des politiques publiques en Suisse : pourquoi ? par qui ? comment ?*, Laussane, Presses Polytechniques Romandes, 206 p.

OCDE (2010) *Divided we stand: why inequality keeps rising*, OCDE ED.

OIT (2010) *From one crisis to the next*, OIT.

OLIVEIRA, Luísa e CARVALHO, Helena (2010) “Desigualdades geracionais: os jovens e a precariedade de emprego na UE”, in CARMO, Renato (org.) (2010) *Desigualdades sociais 2010. Estudos e indicadores*, Lisboa, Mundos Sociais.

PAPPÁMIKAIL, Lia et. al. (2010) “Portugal: na encruzilhada entre mudança e continuidade”, in *À tona de água. Necessidades em Portugal: tradição e tendências emergentes*, Lisboa, Tinta-da-China, 318p.

PATTARONI, Luca 2002, «Les compétences de l'individu: travail social et responsabilisation», in Chatel, V., Soulet, M.-H. (eds) *Faire face et s'en sortir, Développement des compétences et action collective*, volume 2, Fribourg, Éditions Universitaires, 107-114.

PAUGAM, Serge (1991) *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris, PUF.

PAUGAM, Serge (1993) *La société française et ses pauvres*, Paris, PUF.

PAUGAM, Serge (2000), *La Salarié de la Précarité*, Paris, PUF.

PINTO, Teresa; GUERRA, Isabel; MARTINS, Marta; ALMEIDA, Sara (2010) *À tona de água. Necessidades em Portugal: tradição e tendências emergentes*, Lisboa, Tinta-da-China, 318p.

POLLAK, Catherine ; GAZIER, Bernard (2008), L'apport des analyses longitudinales dans la connaissance des phénomènes de pauvreté et d'exclusion sociale in Les Travaux de l'Observatoire national de la pauvreté et de l'exclusion sociale 2007-2008, La documentation Française.

PORTES, Alejandro (2000) “Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea”, *Sociologia – problemas e práticas*, nº33, Lisboa, Celta, pp. 133-158.

REAPN, SOCIUS/ISEG – UTL e Amnistia internacional (2010) *Estudo sobre a percepção da pobreza em Portugal, Algumas considerações e recomendações*, Disponível em:

http://www.amnistia-internacional.pt/files/Relatoriosvarios/RelatorioPobreza_com_indice.pdf

RODRIGUES, Eduardo Vítor (2010) *Escassos caminhos. Os processos de imobilização social dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção*, Porto, Edições Afrontamento.

ROINSARD, Nicolas (2005) *Une sociologie des ré-affiliations: les effets sociaux du RMI à La Réunion*, Tese de Doutoramento.

ROMÃO, Ana; PEREIRA, Andreia (2008) Cuidadores informal de idosos. Conhecer os colaboradores da SCML, Cidade Solidária, 41-42, pp. 40-43.

ROSANVALLON, Pierre (1995), *La Nouvelle Question Sociale*, Le Seuil, Paris.

SANTOS, Boaventura de Sousa; (1994), *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Edições Afrontamento, Porto.

SANTOS, Elizabeth; ESTIVILL, Jordi e AIRES, Sérgio (2007) *Primeiro Relatório do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa*; REAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza, Lisboa.

SOULET, Marc-Henry (2000) “Pensar a exclusão nos dias de hoje: não-integração ou desintegração?” In *Da não-integração*, Quarteto, Coimbra.

SOULET, Marc-Henry (2004), «Faire face et s’en sortir vers une théorie de l’agir faible» in *Agir en situation de vulnérabilité*, Vivianne Châtel & Marc-Henry Soulet (dir.), Québec, Presses de l’Université Laval.

SOULET, Marc-Henry (2009) Reconsiderer la Vulnérabilité, Ciclo Conferências do Mestrado de Serviço Social 2008/09, pp. 5/12, disponível em:

http://www.cesss-ucp.com.pt/Public/Actas/files/Actas%20Ciclo%20Conf_MSS.pdf

VELHO, Gilberto (1983) *Individualismo e Cultura*, Rio de Janeiro, Zahar.

WACQUANT, Loïc (1999), *Prisons of Poverty*. Paris, Raisons d'agir.

WUHL, S. (1996) *L'Insertion. Les politiques en crise*, Paris, PUF.